



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
PRAÇA CÍVICA, 300 - Bairro CENTRO - CEP 74003-010 - Goiânia - GO - [www.tre-go.jus.br](http://www.tre-go.jus.br)

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

**Nº 90028/2026**

**UASG 070023**

**Processo SEI nº 25.0.000017321-8**

**OBJETO:** Contratação de seguro total para veículos automotores pertencentes à frota oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, com cobertura compreensiva (seguro total contra colisão, incêndio, roubo, furto, alagamento, inundação e outras hipóteses descritas), com assistência 24 (vinte e quatro) horas, RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, APP - Seguro de Acidentes Pessoais dos ocupantes, cobertura de vidros, faróis, lanternas e retrovisores, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

### DADOS DO PREGÃO ELETRÔNICO

**DATA E HORA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 18/06/2026 às 14:00 horas

**LOCAL:** Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 143.720,05 (cento e quarenta e três mil setecentos e vinte reais e cinco centavos)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço

**MODO DE DISPUTA:** Aberto Fechado

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP:** NÃO

**RESERVA DE COTA ME/EPP:** NÃO

**REGISTRO DE PREÇOS:** NÃO

**VISTORIA:** FACULTATIVA

**INSTRUMENTO CONTRATUAL:** TERMO DE CONTRATO

### IMPORTANTE

**PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES ATÉ DIA 15/06/2026**

### SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DA VISTORIA
3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
4. DO CREDENCIAMENTO
5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
6. DO REGISTRO DA PROPOSTA
7. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES
9. DO MODO DE DISPUTA

<b>10. DA NEGOCIAÇÃO</b>
<b>11. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA</b>
<b>12. DA FASE DE HABILITAÇÃO</b>
<b>13. DOS RECURSOS</b>
<b>14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO</b>
<b>15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA</b>
<b>16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO</b>
<b>17. DOS ENCARGOS</b>
<b>18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES</b>
<b>19. DO TERMO DE CONTRATO</b>
<b>20. DO REAJUSTE DA CONTRATAÇÃO</b>
<b>21. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO</b>
<b>22. DO RECEBIMENTO/ACEITAÇÃO DO OBJETO</b>
<b>23. DO PAGAMENTO E DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA</b>
<b>24. DA GESTÃO DO CONTRATO</b>
<b>25. DA EXECUÇÃO DO OBJETO</b>
<b>26. DA GARANTIA</b>
<b>27. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b>
<b>28. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA</b>
<b>28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</b>
<b>30. DO FORO</b>
<b>ANEXO I - Termo de Referência</b>
<b>APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA - Estudo Técnico Preliminar</b>
<b>ANEXO II - Valor Estimativo da Contratação</b>
<b>ANEXO III - Modelo de Declaração de Realização de Vistoria;</b>
<b>ANEXO IV - Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria;</b>
<b>ANEXO V - Minuta De Termo de Contrato</b>

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE/GO) torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço, mediante as condições e exigências estabelecidas neste Edital e na forma da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, dos Decretos nº 9.507/2018 e 8.538/2015 (alterado pelo Decreto nº 10.273/2020), Resolução TSE nº 23.702/2022, Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, e suas alterações.

## **1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de seguro total para veículos automotores pertencentes à frota oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, com cobertura abrangente (seguro total contra colisão, incêndio, roubo, furto, alagamento, inundação e outras hipóteses descritas), com assistência 24 (vinte e quatro) horas, RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, APP - Seguro de Acidentes Pessoais dos ocupantes, cobertura de vidros, faróis, lanternas e retrovisores, conforme condições, descrições, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.1.1 As propostas registradas no sistema deverão considerar, exclusivamente, os valores totais dos prêmios ofertados por tipo de veículo, sendo considerada vencedora aquela que apresentar o menor valor global dos prêmios, contudo, os valores de franquias de casco, lanternas,**

**retrovisores, para-brisa dianteiro, vidro traseiro e vidros laterais, a serem apresentados na proposta escrita após a fase de lances, não poderão superar os valores limites definidos no item 6.3.1 do Termo de Referência anexado a este Edital.**

1.2 A licitação será realizada por grupo de itens, conforme tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	1	CHEV/SPIN 1.8L MT LT	2	UND
	2	VW/GOL 1.0L MC4	11	UND
	3	VW/13.190 CRM 4X2	2	UND
	4	RENAULT/MASTER FUR L3H2	1	UND
	5	JEEP/COMMANDER LIM TD380	2	UND
	6	IVECO/DAILY 55-170 VAN	2	UND
	7	VW/POLO TRACK MA	14	UND
	8	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	10	UND
	9	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID	10	UND
2	10	GWM/WEY 07 HÍBRIDO	2	UND

**1.2.1 Em caso de discordância existente entre as especificações descritas na plataforma compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.**

## **2. DA VISTORIA**

2.1 Até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, é facultada ao licitante a realização de vistoria prévia da frota de veículos a serem segurados, que deverá ser realizada nos locais de guarda indicados neste Termo de Referência, mediante prévio agendamento junto à Seção de Segurança e Transporte do TRE-GO, pelo endereço eletrônico seset-lista@tre-go.jus.br, facultado o contato pelo telefone (62) 3920-4188 para eventuais esclarecimentos.

2.1.1 A licitante que realizar vistoria deverá apresentar **Declaração de Realização de Vistoria, conforme modelo constante do anexo III deste Edital.**

2.1.2 A licitante que optar pela não realização da vistoria não poderá alegar o desconhecimento das informações disponibilizadas no Edital e no Termo de Referência, nem das condições dos veículos, como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou para fundamentar eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto da contratação, devendo apresentar **Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme anexo IV deste Edital.**

## **3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

3.1 A despesa com a contratação de que trata o objeto desta licitação correrá, no presente exercício, a cargo do Programa de Trabalho **02.122.0033.20GP.0001** – Julgamento de Causa e Gestão Administrativa – no Estado de Goiás, natureza de despesa 339039-69.

## **4. DO CREDENCIAMENTO**

4.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio de certificado digital conferido pela infraestrutura de chaves públicas brasileiras – ICP-BRASIL.

4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este

Pregão.

4.4 A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

5.1 Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**5.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.**

**5.1.2 Será concedido tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

**5.2 A simples participação neste certame implicará na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital.**

**5.3 Não poderão disputar esta licitação:**

5.3.1 Aqueles que não atendam às condições deste edital e seus anexos;

5.3.2 Aqueles que se encontrem, na data de abertura do certame objeto deste Edital, impossibilitados de participar da licitação ou contratar com a Administração em decorrência de sanção que lhes foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei n. 9.605/1998 e do art. 12 da Lei n. 8.429/1992;

5.3.2.1 O impedimento será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

5.3.3 Aqueles que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.3.4 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

5.3.5 Aqueles que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenados judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.3.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.3.7 Interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

5.3.7.1 As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório (Acórdão TCU nº 8.274/2011 – 2ª Câmara e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 - Lei de falências).

5.3.8 Entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3.9 Pessoa física.

5.3.10 Corretor de seguros, seja pessoa física ou jurídica, com fundamento no artigo 122 do Decreto-Lei n.º 73/1966, no artigo 100 do Regulamento do Decreto-Lei 73/1996 e no Acórdão TCU n.º 600/2015-Plenário.

**5.4 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021](#).**

## **6. DO REGISTRO DA PROPOSTA**

6.1 As licitantes registrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública**, suas propostas contendo:

6.1.1 Valor unitário - **valor unitário de cada item**;

6.1.2 Valor total - **valor total de cada item**;

6.1.3 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação constante do Termo de Referência (Anexo I deste Edital);

**6.2 No preenchimento dos campos da proposta, não poderão ser registrados elementos que acarretem a identificação da licitante, salvo quando imprescindíveis à definição do objeto ofertado, sob pena de desclassificação**

6.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

6.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes, tarifas e demais despesas que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

6.7 No cadastramento da proposta a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.7.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de sua entrega em definitivo, e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.7.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.7.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.7.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.8 A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

**6.8.1 A assinalação do campo “não” produzirá apenas o efeito de a licitante não fazer jus ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, ainda que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte.**

6.9 A falsidade da declaração de que trata os itens 6.7 e 6.8 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

6.10 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.11 Após a fase de envio de lances serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas das licitantes convocadas para apresentação destas.

**6.12 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema,** a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.12.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.12.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema, considerando a ressalva do item 6.12, poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.13.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.13.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.15 Caberá à licitante interessada em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.16 A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**6.17 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.**

6.17.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, e somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

7.5 Caberá à licitante interessada em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.6 A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignado no registro de cada lance.

### **8.2 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.**

8.2.1 A licitante deverá apresentar lances para cada item, **SEMPRE PELO VALOR UNITÁRIO**, e o sistema automaticamente fornecerá o valor total do item e global da proposta para o grupo.

8.3 A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

8.3.1 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.

8.4 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

### **8.5 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa informado no item 9 deste Edital.**

8.6 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.7 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

8.8 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.8.1 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

8.7 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.8 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

8.9 Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

8.10.1 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro, aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.11 Após a fase de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, para fins de identificação preliminar das microempresas e empresas de pequeno porte participantes, sem prejuízo da posterior verificação dos demais requisitos legais para fruição do tratamento favorecido. O sistema procederá à comparação de seus valores com os da melhor oferta, se esta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, para fins de aplicação do disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

8.11.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que sejam **iguais ou até 5% superiores** à melhor proposta então classificada serão consideradas em situação de empate ficto em relação à primeira colocada, exclusivamente para fins do exercício do direito de preferência previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

8.11.2 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada no intervalo referido no subitem anterior poderá apresentar oferta final, obrigatoriamente em valor inferior ao da melhor oferta então classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema, contado da comunicação automática para tanto.

8.11.3 Caso a licitante convocada não apresente nova oferta no prazo estabelecido, serão convocadas as demais microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no referido intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.11.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no referido intervalo, será realizado sorteio para identificar aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

## **9. DO MODO DE DISPUTA**

9.1 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto e fechado**, no qual as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

9.1.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.1.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.1.3 No procedimento de que trata o subitem supra, a licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

9.1.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.1.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

## **10. DA NEGOCIAÇÃO**

10.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta da primeira colocada permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.1.1 A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.1.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.1.3 O resultado da negociação será divulgado a todos as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

## **11. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

11.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento das propostas.

11.2 O Pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação previstas no item 5 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;



a.1) caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

a.2) a tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

a.3) a licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

11.2.1 A consulta aos cadastros definidos nos itens "b", "c", "d" e "e" será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

11.2.2 A consulta de licitantes pessoa jurídica poderá ser substituída pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.2.3 A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

11.2.4 Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.

**11.3 Atendidas as condições de participação, o Pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada que no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, envie proposta escrita adequada ao último lance ofertado/negociado, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando estes forem necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

11.3.1 A prorrogação de prazo de envio da proposta somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatar que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade.

**11.3.2 Na proposta escrita deverão ser especificados todos os veículos, com valores unitários de prêmio e de franquias (casco, lanternas, retrovisores, para-brisa dianteiro, vidro traseiro, vidros laterais e outras, se houver), cumprindo-se observar, relativamente às franquias, o limite imposto no item 6.3.1 do Termo de Referência em anexo.**

11.4 O Pregoeiro examinará a proposta quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para contratação .

11.4.1 Os valores estimados para a contratação estão registrados no Anexo II deste edital

**11.5 Será desclassificada a proposta que:**

11.5.1 Contiver vícios insanáveis ou ilegalidades;

11.5.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.5.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço estimado para a contratação;

**11.5.3.1 Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto os valores unitários, total e global da contratação.**

11.5.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.6 É indício de inexequibilidade das propostas a oferta de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.6.1 A inexecução, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

11.6.1.1 Que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.6.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.7 Se houver indícios de inexecução da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a execução da proposta.

11.8 Erros no preenchimento de proposta de preços não constituem motivo para desclassificação da licitante quando as falhas puderem ser corrigidas sem alteração da substância da proposta e sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de sua aceitabilidade.

11.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11.10 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

11.11 Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

**11.12 Finalizada a fase de julgamento das propostas, será iniciado o procedimento de habilitação.**

## **12. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

### **12.1 Serão exigidos para fins de habilitação, os seguintes documentos:**

#### **12.1.1 Habilitação jurídica:**

12.1.1.1 No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.1.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.1.1.6 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

12.1.1.8 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

#### **12.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

12.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

12.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.1.2.2.1 Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

12.1.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

12.1.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.1.2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

#### **12.1.3 Qualificação econômico-financeira:**

12.1.3.1 Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

12.1.3.1.1 Se a certidão tratada no subitem anterior não indicar seu prazo de validade, será considerada vigente pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

12.1.3.1.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial e extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 12.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

12.1.3.2 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação, pela licitante, de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

12.1.3.2.1 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global estimado.

12.1.3.2.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.1.3.2.3 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.1.3.2.4 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil.

#### **12.1.4 Habilitação técnica:**

12.1.4.1 Um ou mais atestados e/ou certidões, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória e nos prazos contratados, a realização de serviços compatíveis com as especificações deste Termo de Referência.

12.1.4.1.1 O(s) atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

12.1.4.1.2 Os atestados ou declarações de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, ou no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

12.1.4.1.3 A licitante disponibilizará, caso sejam solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões apresentados, fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação;

12.1.4.2 Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que comprove que o licitante está autorizado a operar no mercado segurador brasileiro, conforme estabelecido no Decreto nº 60.459/67.

12.2 A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), nos documentos por ele abrangidos, entretanto, **os documentos que não estejam contemplados neste cadastro deverão ser enviados por meio do sistema da licitação, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro.**

12.2.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, de ofício, quando constatar que não é suficiente para envio dos documentos exigidos no edital, ou a partir de solicitação fundamentada da licitante.

12.2.2 É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.2.2.1 A não observância do disposto no subitem 12.2.2 poderá ensejar desclassificação da licitante no momento da habilitação.

12.3 A existência de restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista da licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte não impede sua declaração como vencedora do certame, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital, sendo-lhe, nessa situação, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Entretanto, a licitante **NÃO ESTÁ DISPENSADA DA APRESENTAÇÃO** da documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, devendo apresentá-la mesmo que esteja com alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.3.1 O prazo previsto para regularização da documentação poderá ser prorrogado, a critério da Administração Pública, quando requerido pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.3.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

## **12.4 Os documentos de habilitação jurídica deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

12.5 Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter informações e documentos constantes de sítios eletrônicos oficiais.

12.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

12.7 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

12.8 Somente será exigida a apresentação dos documentos não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.9 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da licitante vencedora.

12.10 Relativamente às empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.10.1 Na hipótese da licitante vencedora ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.11 Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

12.12 Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

## **12.13 A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.**

12.14 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.14.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.14.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.15 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**12.16 Na hipótese da licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 12.2.**

12.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação.

12.18 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

12.18.1 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.20 Após a entrega da documentação para habilitação, documentos adicionais, relacionados ou não com os já disponibilizados, somente serão aceitos em sede de diligência e desde que preenchidos cumulativamente os seguintes requisitos:

12.20.1 Houve erro no envio ou juntada;

12.20.2 Os documentos embora existentes na data da abertura do certame, não foram disponibilizados tempestivamente.

12.20.3 Comprovam condição pré-existente à data da sessão de abertura do certame;

12.20.4 Não alteram substancialmente a proposta, os documentos de habilitação e sua validade jurídica, de forma a comprometer a integridade de documento ou informação tempestiva e válida recebida anteriormente.

12.21 O saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica será efetuado pelo Pregoeiro, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.22 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

### **13. DOS RECURSOS**

13.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

13.1.1 Registrada a intenção de recorrer, a licitante terá prazo de 3 (três) dias úteis, contados da intimação ou da lavratura da ata, para apresentação das razões recursais, em momento único, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo para apresentação das razões do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2 Da anulação ou revogação da licitação, assim como, da extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração, cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.4 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.5 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, mediante solicitação encaminhada, exclusivamente, para o endereço eletrônico [cpl-lista@tre-go.jus.br](mailto:cpl-lista@tre-go.jus.br).

### **14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

14.1.1 Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

14.1.2 Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

14.1.3 Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

14.1.4 Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

14.3 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

14.4 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

## **15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

15.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos da sessão pública, ou anteriores a esta, ou mesmo à anulação da própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam.

15.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.1.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.1.4 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15.2 Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

## **16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

16.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital, por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por meio eletrônico, encaminhados exclusivamente para o endereço eletrônico [cpl-lista@tre-go.jus.br](mailto:cpl-lista@tre-go.jus.br).

16.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**16.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.**

## **17. DOS ENCARGOS**

**17.1 Caberá ao TRE/GO, além das obrigações constantes no Termo de Referência anexo a este Edital:**

17.1.1 Prestar as informações, atinentes ao objeto desta licitação, que venham a ser solicitadas pelo licitante vencedora;

17.1.2 Comunicar ao licitante vencedor quaisquer alterações relativas ao objeto deste Pregão;

**17.2 Caberá às licitantes, além das obrigações constantes no Termo de Referência anexo a este Edital:**

17.2.1 Elaborar documentação condizente com as exigências deste Pregão para que não haja conflito de disposições, o que ocorrendo, prevalecerá o disposto neste instrumento licitatório;

17.2.2 Cumprir os prazos e demais condições previstas neste Edital;

17.2.3 Arcar com as despesas decorrentes da não observância das condições constantes deste instrumento licitatório, bem como de infrações praticadas por seus funcionários, ainda que no recinto do TRE/GO;

17.2.4 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais decorrentes da adjudicação deste Pregão;

**17.3 Deverá, a licitante vencedora, observar também o seguinte:**

17.3.1 É proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do TRE/GO durante a execução dos serviços, objeto da licitação;

17.3.2 É vedada a contratação, para a função de chefia, de empregados que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156, de 8 de agosto de 2012, nos termos do seu art. 4º;

17.3.3 É proibida a veiculação de publicidade acerca deste Pregão Eletrônico, salvo se houver prévia autorização da Administração do TRE/GO.

17.3.4 Não poderão ser cedidos os créditos, nem sub-rogados direitos e obrigações decorrentes desta licitação e contratação a terceiros.

**17.4 As obrigações do Contratante e da Contratada estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Edital.**

**18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

18.1 Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às licitantes poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

**18.1.1 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando praticadas as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:**

18.1.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

18.1.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.

c) pedir para ser desclassificada quando encerrada a etapa competitiva.

d) apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

18.1.1.3 Não entregar a documentação exigida, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.1.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o termo de contrato quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**18.1.2 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as seguintes infrações:**

18.1.2.1. Aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, quando se justificar imposição de penalidade mais grave;

18.1.2.2. Apresentar declaração ou documentação falsa para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.2.3. Fraudar a licitação;

18.1.2.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.2.4.1. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940).

18.1.2.5. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.2.6 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.2.1 Para as infrações previstas no subitem 18.1.1 a multa será de 0,5% a 15% do valor total licitado.

18.2.2 Para as infrações previstas no subitem 18.1.2 a multa será de 15% a 30% do valor total licitado.

18.3 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.4 A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos artigos 157 a 161 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.4.1. Na hipótese de abertura de processo administrativo de responsabilização as comunicações às licitantes serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

18.4.1.1. As licitantes deverão manter atualizado o endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do TRE-GO, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

18.5 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.6 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.7 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento

18.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente

18.9 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18.10 Na aplicação das sanções serão considerados:

18.10.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

18.10.2 As peculiaridades do caso concreto

18.10.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

18.10.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

18.10.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.11 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



**18.12 As sanções aplicáveis à Contratada estão estabelecidas no Termo de Referência anexado a este Edital.**

## **19. DO TERMO DE CONTRATO**

19.1 Após a homologação da licitação, será lavrado Termo de Contrato, cuja minuta constitui anexo deste instrumento, no qual constarão os direitos e obrigações das partes, bem como, todas as informações necessárias ao cumprimento da obrigação assumida pelo licitante adjudicatário.

19.2 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público, bem como para verificar a manutenção de sua regularidade fiscal e trabalhista.

19.3 A adjudicatária terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.3.1 O prazo para assinatura do Termo de Contrato, poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

19.3.2 A assinatura do Termo de Contrato se dará de forma digital por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

19.3.2.1 Caso seja inviável a assinatura por meio digital, a Administração poderá encaminhar o instrumento para assinatura da Adjudicatária mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

## **20. DO REAJUSTE DA CONTRATAÇÃO**

As regras de reajuste do valor contratual estão estabelecidas na minuta de Termo de Contrato, anexa a este Edital.

## **21. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

O prazo de vigência da contratação está estabelecido na minuta do termo de contrato, anexa a este Edital.

## **22. DO RECEBIMENTO/ACEITAÇÃO DO OBJETO**

Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência anexo deste Edital.

## **23. DO PAGAMENTO E DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA**

O pagamento, assim como a compensação financeira decorrente de eventuais atrasos de pagamento, ocorrerá conforme prazos, condições e demais disposições previstas no Termo de Referência e no Contrato anexos deste edital.

## **24. DA GESTÃO DO CONTRATO**

Os critérios de gestão do contrato estão previstos no Termo de Referência.

## **25. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

Os critérios de execução do objeto contrato estão previstos no termo de referência, anexo a este edital e/ou na Minuta de Termo de Contrato, ambos anexos deste Edital.

## **26. DA GARANTIA**

Não se exige prestação de garantia à execução contratual.

## **27. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

A licitante vencedora deverá cumprir as determinações contidas na Instrução Normativa SLTI/MPOG n.1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber, bem como, as disposições estabelecidas no Termo de Referência anexado a este edital.

## **28. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato

## **29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

29.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

29.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

29.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

29.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.6 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

29.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

29.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

29.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.tre-go.us.br](http://www.tre-go.us.br)

29.11 Mantidas todas as condições definidas neste edital, e desde que não transcorrido prazo maior que 01 ano da realização do certame, poderá haver a dispensa de licitação quando:

29.11.1 Não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

29.11.2 As propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes.

29.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

29.12.1 ANEXO I - Termo de Referência;

29.12.2 APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA - Estudo Técnico Preliminar;

29.12.3 ANEXO II – Valor Estimativo da Contratação;

29.12.4 ANEXO III - Modelo de Declaração de Realização de Vistoria;

29.12.5 ANEXO IV - Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria;

29.12.6 ANEXO V - Minuta De Termo de Contrato.

### **30. DO FORO**

As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Goiânia/GO, Seção Judiciária de Goiás, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo as exceções previstas no art. 109, inc. I, da Constituição Federal.

Goiânia, 01 de junho de 2026.

GLEYSON ALVES DE MORAIS

Assessor de Licitações da Diretoria-Geral (em substituição)

Pregoeiro

TRE/GO

### **ANEXO I – (do Edital)**

#### **TERMO DE REFERÊNCIA**

##### **1 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**1.1** Contratação de SEGURO TOTAL para veículos automotores pertencentes à frota oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, relacionados nos Anexos I, II e III, com cobertura abrangente (seguro total contra colisão, incêndio, roubo, furto, alagamento, inundação e outras hipóteses descritas), com assistência 24 horas, RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, APP - Seguro de Acidentes Pessoais dos ocupantes, cobertura de vidros, faróis, lanternas e retrovisores, nos termos estabelecidos neste instrumento.

**1.2** A descrição geral do catálogo de serviços – CATSERV 22764 .

**1.3** Havendo divergência entre as descrições CATSERV e as constantes no edital, prevalecerão as constantes no edital.

**1.4** O objeto em tela é rotineiro para as empresas do ramo, não comportando variação de execução relevante entre as diversas sociedades empresariais. Os padrões de desempenho e qualidade são usuais e encontram-se adequadamente definidos no presente Termo de Referência.

**1.5** O serviço tem por objetivo resguardar o patrimônio público ao proteger a frota deste TRE-GO contra eventuais sinistros, de modo que a continuidade da contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro.

**1.6** O objeto da presente contratação enquadra-se como serviço comum, eis que o serviço a ser desempenhado possui especificações usuais de mercado, não exigem alta complexidade técnica ou qualificações especiais.

##### **2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** A contratação se justifica pela necessidade de resguardar o patrimônio público em decorrência dos altos índices de colisões, furtos e roubos de veículos, de modo a buscar o equilíbrio financeiro e orçamentário a fim de se evitar gastos com reparo ou aquisição de outros veículos, por consequência de um eventual sinistro.

**2.2** Registre-se que atualmente, 44 veículos estão acobertados pelas apólices número [01.31.0150216](#) e [01.31.0150215](#) e seu endosso [01.31.0150216](#) e [01.31.015216-463289](#), emitidas pela Gente Seguradora S/A – contrato TRE-GO 26/2023, com vigência até às 24 horas do dia 28 de junho de 2026.

**2.3** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, exercício 2025, item 41, disponível no sítio eletrônico do [Tribunal Regional Eleitoral de Goiás](#).

**2.4** Em decorrência de novas aquisições em processo final de tramitação, ver SEI 25.0.000014658-0 e 25.0.000012736-4, foram recebidos 10 (dez) veículos Fiat Pulse Impetus hyb, todos sem cobertura securitária.

**2.4.1** Quanto aos veículos de representação que foram adquiridos conforme SEI 25.0.000014658-0, estes terão cobertura de seguro com vigência de 1 (um) ano a partir do recebimento, o que impõe seu ingresso em fase posterior a futura apólice.

**2.5** Há necessidade de nova licitação uma vez que já foram feitas alterações contratuais por meio dos aditivos 1114703 e 1228942, que atingiram o limite previsto no Art. 125 da [Lei nº 14.133/2021](#).

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1** Contratação de empresa especializada para execução de SEGURO TOTAL para veículos automotores pertencentes à frota oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, relacionados nos Anexos I, II e III, com cobertura compreensiva (seguro total contra colisão, incêndio, roubo, furto, alagamento, inundação e outras hipóteses descritas), com assistência 24 horas, RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, APP - Seguro de Acidentes Pessoais dos ocupantes, cobertura de vidros, faróis, lanternas e retrovisores, nos termos estabelecidos neste instrumento.

**3.2.** Seguro total que realize cobertura dos riscos derivados da circulação dos veículos segurados, incluindo as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte dos veículos até a oficina ou local adequado a ser escolhido pelo contratante, dentre a relação das oficinas credenciadas, e as indenizações ou prestação de serviços correspondentes a cada uma das coberturas contratadas, possibilitando a proteção do patrimônio público.

**3.3.** O seguro total deverá cobrir os seguintes riscos:

**3.3.1** Roubo ou furto total, bem como os danos causados pela tentativa destes;

**3.3.2.** Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento, ainda que com veículos do próprio TRE-GO, e capotamento;

**3.3.3.** Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

**3.3.4.** Queda em precipícios e pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;

**3.3.5.** Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

**3.3.6.** Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

**3.3.7.** Granizo, furacão e terremotos;

**3.3.8.** Danos causados durante o tempo em que estiver em poder de terceiros, em consequência de roubo ou furto;

**3.3.9.** Responsabilidade civil (RCF - Danos materiais e corporais e morais);

**3.3.10.** Acidente pessoal (APP – Morte, invalidez e despesas médicas e hospitalares);

**3.3.11.** Cobertura de vidro, faróis, lanternas e retrovisores;

**3.3.12.** Raio e suas consequências;

**3.4** A cobertura deverá ter abrangência em todo o território nacional.

**3.5** O seguro deverá prever as seguintes indenizações:

**3.5.1** Modalidade Valor de Mercado Referenciado, considerando 100 % (cem por cento) da tabela FIPE do mês da ocorrência do sinistro;

**3.5.2** RCF - Responsabilidade Civil Facultativa:

a) Danos Materiais por pessoa..... R\$ 200.000,00

b) Danos Corporais por pessoa..... R\$ 200.000,00

c) Danos Morais por pessoa..... R\$ 25.000,00

**3.5.3** APP - Seguro de Acidentes Pessoais de Passageiros, inclusive o motorista:

- a) Morte acidental por pessoa ..... R\$ 50.000,00;
- b) Invalidez permanente, total ou parcial por pessoa..... R\$ 50.000,00;
- c) Despesas Médicas e Hospitalares por pessoa..... R\$ 25.000,00

**3.6** O seguro deve oferecer assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, disponível durante 07 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ao ano, com sistema 0800 – Discagem Direta Gratuita – (DDG), mesmo que a ligação seja originada de aparelho celular, em todo o território nacional em qualquer caso que impossibilite o regular funcionamento dos veículos segurados, impedindo-os de se locomoverem por seus próprios meios, inclusive, caso necessário, com serviço de socorro sem franquia (com serviços mínimos de guincho sem limite de quilometragem, troca de pneu, carga de bateria, pane seca e chaveiro)

**3.7** Deverá ser considerada a franquia obrigatória.

**3.8** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**3.9** Não haverá exigência de garantia da contratação

**3.10** É facultado ao licitante a realização de vistoria nos veículos a serem segurados, que deverá ser realizada nos locais de guarda indicados neste Termo de Referência, mediante agendamento junto à Seção de Segurança e Transporte do TRE-GO por meio do e-mail endereçado para [seset-lista@tre-go.jus.br](mailto:seset-lista@tre-go.jus.br), facultando-se o telefone (62) 3920-4188 para eventuais esclarecimentos;

**3.10.1** Caso o licitante opte pela não realização da vistoria, não poderá alegar o desconhecimento das condições existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto da contratação, devendo preencher, nesse caso, modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria - Anexo IV do termo de referência.

## **4 CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO**

### **4.1 QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA (ATESTADOS, LAUDOS E ETC):**

**4.1.1** A qualificação técnica das licitantes será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a aptidão da empresa para desempenhar atividade compatível com o objeto a ser contratado;

**4.1.2.** Será permitido o somatório de atestados para efeito da comprovação do subitem anterior;

**4.1.3.** O(s) atestado(s) deverá(ão) estar emitido(s) em papel(eis) timbrado(s) do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediu(ram), ou deverá(ão) conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente;

**4.1.4.** O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do Licitante;

**4.1.5.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital;

**4.1.6.** Certidão fornecida pela Seção de Segurança e Transporte - SESET do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás de realização de visita preliminar para identificação dos veículos conforme item 5.2 do presente Termo de Referência.

**4.1.7.** A seguradora deverá apresentar Certidão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atestando a regularidade para operar no mercado segurador brasileiro no ramo patrimonial, conforme estipulado no art. 36º do Decreto-Lei nº 73/1966.

## **5 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

### **5.1 SUSTENTABILIDADE:**

**5.1.1** Nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 7.404, de 2010 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

**5.1.2** Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

**5.1.3** Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

**5.1.4** Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas e técnicas ambientalmente recomendados, quando da realização de atividades nas áreas, escopos dos trabalhos, quer seja, em qualidade, quantidade ou destinação. Atividades essas de inteira responsabilidade da Contratada que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores;

**5.1.5** Não é permitida a subcontratação do objeto.

## **5.2.Vistoria Prévia:**

**5.2.1** A avaliação prévia da frota de veículos é útil para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira das 8:00 às 18:00 horas, o agendamento deverá ser feito junto à Seção de Segurança e Transporte - SESET através do telefone: (62) [3920-4115](tel:3920-4115)/[3920-4136](tel:3920-4136) ou pelo e-mail: [seset-lista@tre-go.jus.br](mailto:seset-lista@tre-go.jus.br).

**5.2.2** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;

**5.2.3** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública;

**5.2.4** Para a vistoria a empresa proponente, ou seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para realização da vistoria;

**5.2.5** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento, devendo a empresa proponente assumir os ônus dos serviços decorrentes;

## **6. DA PROPOSTA**

**6.1** Deverão constar da proposta, relativamente a cada veículo: valor das franquias, valor dos bônus, valores de APP, valores de RCF e demonstrativo dos prêmios;

**6.2** O fornecedor será selecionado por meio da adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

**6.3** As franquias não serão objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos prêmios propostos.

**6.3.1** Deverá ser considerada a franquia obrigatória, que não poderá ter valores superiores aos estabelecidos no quadro abaixo:

TIPO DO VEÍCULO	VALORES UNITÁRIOS MÁXIMOS DE FRANQUIA
CHEV/GM SPIN 1.8 2018/2019	Casco - R\$ 3.126,00 Lanternas - R\$ 320,00 Retrovisores - R\$ 197,00 Para-brisa dianteiro - R\$ 402,00 Vidro traseiro - R\$ 388,00 Vidros Laterais - R\$ 176,00
VW/GOL 2018/2019	1.0 Casco - R\$ 2.633,18 Lanternas - R\$ 385,50 Retrovisores - R\$ 342,50 Para-brisa dianteiro - R\$ 236,50 Vidro traseiro - R\$ 232,00

	Vidros Laterais – R\$ 101,50
<b>CAMINHÃO VOLKSWAGEN 13-190 2019/2020</b>	Casco – R\$ 13.540,74 Lanternas – R\$ 418,00 Retrovisores – R\$ 504,00 Para-brisa dianteiro – R\$ 403,00 Vidro traseiro – R\$ 375,00 Vidros Laterais – R\$ 176,00
<b>RENAULT MASTER FURGÃO (CARGA) 2019/2020</b>	Casco – R\$ 8.500,00 Lanternas – R\$ 406,00 Retrovisores – R\$ 602,00 Para-brisa dianteiro – R\$ 389,00 Vidro traseiro – R\$ 375,00 Vidros Laterais – R\$ 282,00
<b>JEEP COMMANDER LIM TD 380 2022/2022</b>	Casco – R\$ 13.911,60 Lanternas – R\$ 823,50 Retrovisores – R\$ 1.204,50 Para-brisa dianteiro – R\$ 879,50 Vidro traseiro – R\$ 675,50 Vidros Laterais – R\$ 260,00
<b>IVECO DAILY FURGÃO 55-170 (CARGA) 2022/2023</b>	Casco – R\$ 11.713,29 Lanternas – R\$ 288,00 Retrovisores – R\$ 552,00 Para-brisa dianteiro – R\$ 405,50 Vidro traseiro – R\$ 290,00 Vidros Laterais – R\$ 77,00
<b>VW/POLO TRACK MA 2024/2025</b>	Casco – R\$ 5.362,38 Lanternas – R\$ 180,00 Retrovisores – R\$ 140,00 Para-brisa dianteiro – R\$ 220,00 Vidro traseiro – R\$ 220,00 Vidros Laterais – R\$ 90,00
<b>GWM/HAVAL H6 PHEV 19 2025/2025</b>	Casco – R\$ 24.405,80 Lanternas – R\$ 472,00 Retrovisores – R\$ 392,00 Para-brisa dianteiro – R\$ 367,00 Vidro traseiro – R\$ 360,50 Vidros Laterais – R\$ 182,50
<b>FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT</b>	Casco – R\$ 5.279,39



4P 2025/2026	<b>Lanternas – R\$ 430,00</b> <b>Retrovisores – R\$ 450,00</b> <b>Para-brisa dianteiro – R\$ 600,00</b> <b>Vidro traseiro – R\$ 395,00</b> <b>Vidros Laterais – R\$ 155,00</b>
<b>GWM/WEY</b> <b>2026/2026</b>	<b>07</b> <b>Casco – R\$ 25.216,80</b> <b>Lanternas – R\$ 365,00</b> <b>Lanternas led - 900,00</b> <b>Retrovisores – R\$ 620,00</b> <b>Para-brisa dianteiro – R\$ 1.617,00</b> <b>Vidro traseiro – R\$ 500,00</b> <b>Vidros Laterais – R\$ 205,00</b> <b>Fárois - R\$ 885,00</b> <b>Faróis led R\$ - 2.105,00</b> <b>Faróis xenon - 2.105,00</b>

**6.4** Deverão ser observadas as classes de bônus das atuais apólices, independentemente do licitante ser ou não a atual prestadora dos serviços.

**6.4.1** A empresa poderá diminuir a bonificação em menos 1 (um), de acordo com informações de ocorrência de sinistros

## **7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**7.1.** A cobertura securitária, objeto deste termo de referência, terá sua vigência iniciada:

a) O termo inicial da futura apólice, objeto do Termo de Referência, em relação aos 10 (dez) veículos Fiat Pulse Impetus hyb, objeto da execução da ata de registro de preços [nº 39/2025](#) (SEI 25.0.000012736-4), será imediato, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

b) O termo inicial da futura apólice, objeto do Termo de Referência, em relação aos 2 (dois) veículos GWM WEY 07 HIBRIDO 2025 para atender a Presidência e Corregedoria, que foram adquiridos por meio do processo SEI 25.0.000014658-0 o, será iniciado em 22 de janeiro de 2027, data subsequente ao término do prazo contratado por meio da apólice de seguro ID 1306057, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

c) A vigência da futura apólice, objeto do Termo de Referência, em relação aos 44 (quarenta e quatro) veículos que compõem a frota do TRE-GO, deverá se iniciar no dia 29 de junho de 2026, momento que findará a cobertura securitária das apólices IDs 1138554 e 1138555, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

**7.1.1** Caso o início da cobertura somente seja possível após as datas indicadas acima, a data a ser considerada será a da assinatura do contrato.

**7.2** A apólice deverá ser entregue à Seção de Transporte - SESET do TRE-GO, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a partir do início da vigência do contrato, por meio eletrônico para o endereço eletrônico [seset-lista@tre-go.jus.br](mailto:seset-lista@tre-go.jus.br)

**7.2.1** Para a emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, o prazo de entrega será de 15 (quinze) dias corridos a contar de pedido expresso pela fiscalização do TRE-GO;

**7.2.2** A apólice apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, no contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à Contratada e, nesse caso, a contratada deve garantir que não haja solução de continuidade na prestação do serviço de seguro.



**7.2.3** A apólice de seguro de automóveis adotada pela Contratada deverá conter, impreterivelmente, os itens a seguir, de acordo com os valores contratados:

- a. Valor referenciado, 100% (cem por cento) tabela FIPE – Casco; Considerar para efeito de cálculo do valor do seguro a publicação do mês da ocorrência do sinistro.
- b. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF DM) – Danos materiais de terceiros;
- c. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) – Danos corporais por pessoa;
- d. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) – Danos morais por pessoa;
- e. Valor Acidentes Pessoais por Passageiro (APP) – Morte;
- f. Valor Acidentes Pessoais por Passageiro (APP) - Invalidez permanente – total ou parcial;
- g. Valor Acidentes Pessoais por Passageiro (APP) – despesas médicas e hospitalares;
- h. Assistência 24 h;
- i. Cobertura de vidros, faróis, lanternas e retrovisores;
- j. Valor da franquia de casco, vidros, faróis, lanternas e retrovisores;
- k. Classe de bônus.

**7.2.4 As coberturas oferecidas pela Contratada em sua proposta, mesmo que, não listadas neste Termo de Referência, farão parte da Apólice.**

**7.3** Em caso de sinistro, o valor referente à franquia será pago pelo segurado, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo, contudo, caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, Seguridade Social, FGTS e trabalhista regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

**7.4** Uma vez paga a indenização integral, os salvados serão de inteira responsabilidade da seguradora;

**7.4.1** É de inteira responsabilidade da seguradora CONTRATADA, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento dos registros em nome do TRE-GO junto aos órgãos pertinentes.

**7.4.2** O TRE-GO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

**7.5** Quaisquer alterações na apólice de seguro, v.g., inclusão, substituição e exclusão de veículos, poderão ser requeridas pelo CONTRATANTE, as quais serão processadas pela CONTRATADA, por meio de endosso.

**7.5.1** Poderão ser solicitadas, mediante emissão de endosso, dentre outras correções, a alteração do número de chassi e placa de veículo emitidos com erro material ou formal na apólice de seguro, durante o período de vigência da apólice.

**7.5.2** Havendo necessidade de inclusão, de veículo na apólice de seguro, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total a ser pago.

**7.5.3** Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão ou substituição de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, ou abatido para inclusão de novo veículo, em caso de substituição, mediante a fórmula:

$$X \div 12 = Y \text{ e } Y \times Z = VT \text{ onde:}$$

**X = Valor anual do prêmio por veículo; 12 = Número de meses;**

**Y = Valor mensal do prêmio por veículo;**

**Z = Número de meses restantes para o término da apólice; VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.**

**7.5.3.1** O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela SESET à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

**7.5.3.2** Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.

**7.5.3.3** A devolução de valores ao CONTRATANTE deverá ser realizada mediante pagamento de Guia de Recolhimento à União-GRU, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos da emissão do documento de endosso, devendo a CONTRATADA enviar ao CONTRATANTE o comprovante correspondente.

## **8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**8.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.2** As comunicações referentes à execução do objeto serão realizadas através do e-mail, ou por telefone, informado pela Contratada, cuja resposta as demandas do contratante deverão ser respondidas no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do pedido de providências.

**8.2.1** A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática, independentemente de confirmação de recebimento por parte da contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação de sua caixa de e-mail;

**8.2.2** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**8.3** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**8.4** O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas nesse instrumento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**8.4.1** O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**8.4.2** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**8.4.3** O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**8.4.4** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**8.4.5** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal técnico atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**8.4.6** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**8.4.7** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**8.4.8** O fiscal técnico do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**9.1** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo de referência;

**9.2** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**9.3** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**9.4** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/colaborador especialmente designado;

**9.5** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no Aviso de Contratação e seus anexos;

**9.6** Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços;

**9.7** Prestar informações atinentes ao objeto da contratação que venham a ser solicitadas pela Contratada;

**9.8** Promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços, através do Chefe da Seção de Segurança e Transporte do TRE-GO, ou, em seus impedimentos legais, por seus substitutos eventuais;

**9.9** Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do instrumento contratual.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1** A Contratada deve executar, com observação dos prazos e exigências, todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, seus anexos, Edital da licitação, e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**10.2** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos;

**10.3** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**10.4** Comunicar ao TRE-GO, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais;

**10.5** Acatar as recomendações efetuadas pelo contratante;

**10.6** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na disputa;

**10.7** Informar, no momento da assinatura do instrumento contratual, nome do responsável (preposto), os contatos de telefone, e-mail ou outro meio hábil para comunicação com o TRE-GO, bem como manter os dados atualizados durante toda a fase de execução da contratação;

**10.7.1** A comunicação só será realizada de forma diversa quando a legislação exigir ou quando a contratada demonstrar ao fiscal do contrato os motivos que justifiquem a utilização de outra forma;

**10.8** Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pelo TRE-GO, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à contratada, durante e após a vigência do contrato, observados ainda, no que couber, as diretrizes vigentes adstritas à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e de acordo com a cláusula nona do contrato;

**10.9** Proporcionar cobertura mesmo nos casos em que não for possível a realização de perícia ou de termo de ocorrência;

**10.10** Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do objeto deste Termo de Referência;

**10.11** A inadimplência da contratada com referência aos encargos suportados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao contratante, nem poderá onerar o objeto do contrato;

**10.12** Efetuar o ressarcimento do valor segurado, no caso de ocorrência de sinistro, em até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação pela Administração de toda a documentação exigida pela

seguradora, salvo motivo de força maior ou caso fortuito a partir da data pactuada;

**10.13** Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais normas legais pertinentes à contratação de seguro veicular, também se incluem nas obrigações da CONTRATADA o seguinte:

**10.13.1** Realizar o pagamento das indenizações de eventuais sinistros em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

**10.13.2** Fornecer, por meio digital, manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro de automóveis para os veículos objeto desta contratação;

**10.13.3** Entregar as apólices ao CONTRATANTE, por meio digital, em até 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de vistoria realizada nos veículos ou da data de início de vigência da apólice, o que ocorrer primeiro.

## **11. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **11.1. PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

**11.1.1** Grupo Único (item único), exceto em relação aos veículos WEY TFFV8G41 e GWM/WEY 07 TFS7J81.

**11.1.2** O parcelamento é inviável tecnicamente para garantir a padronização dos serviços de seguro e gestão unificada.

**11.1.3** A adjudicação será realizada por item único, sem divisão em cotas para ME/EPP. Essa medida é tecnicamente indispensável para garantir a padronização e a uniformidade da gestão da frota e de eventuais acionamentos do seguro. Considerando a natureza do objeto da contratação, a adjudicação por grupo tende a propiciar contratações mais vantajosas, gerando economia de escala, quando comparada à adjudicação por item. A adoção de grupos não afeta a integridade do objeto pretendido e sim visa à perfeita execução do mesmo, já que se fosse adotada a divisão por itens, incorreria na possibilidade de distintas sociedades empresariais vencerem o certame, tornando a gestão dos contratos, tecnicamente, mais dispendiosa;

### **11.2 Critério de julgamento da proposta**

**11.2.1** Prestação de serviço a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, no tipo menor preço;

**11.2.2** As propostas deverão estar em conformidade com as descrições deste termo de referência.

**11.2.3** O fornecedor será selecionado por meio da adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### **11.3 Exigências de habilitação**

#### **11.3.1 Habilitação jurídica**

**11.3.1.1 Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**11.3.1.2 Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.](#)

**11.3.1.3 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**11.3.1.4 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no

Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**11.3.1.5** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**11.3.1.6** Certidão de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que o licitante está autorizado a operar no mercado segurador brasileiro, conforme estabelecido no Decreto 60.459/1967.

#### **11.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**11.4.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**11.4.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**11.4.3** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**11.4.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#).

#### **11.5 Qualificação Econômico-Financeira**

**11.5.1** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

**11.5.2** Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

**11.5.3** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 % (dez por cento) do valor total estimado da contratação

**11.5.4** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**11.5.5** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**11.5.6** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **11.6 Qualificação Técnica**

**11.6.1** Comprovação de aptidão para execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**11.6.2** Para fins da comprovação que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a prestação de seguro para frota constituída de no mínimo 28 (vinte e oito) veículos, de modo a observar o

quanto previsto no § 2º, art. 67, da Lei nº 14.133/2021.

**11.6.3** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**11.6.4** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **12 DA LIQUIDAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO DA LIQUIDAÇÃO**

**12.1** A nota fiscal deverá ser apresentada entre o primeiro e quinto dia útil do mês imediatamente posterior ao da prestação dos serviços;

**12.2** Recebida a nota fiscal, ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período. A nota fiscal deverá ser apresentada até o quinto dia do mês subsequente ao de fornecimento;

**12.3** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal, ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento;

**12.4** Havendo erro na apresentação da nota fiscal, ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, interrompe-se o prazo definido do item 11.2, até que a parte CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;

**12.5** A nota fiscal, ou instrumento de cobrança equivalente, deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da NLLC;

**12.6** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a)** verificar a manutenção das condições de habilitação;
- b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

**12.7** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da parte CONTRATADA, será providenciada a notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize a situação ou, no mesmo prazo, apresente defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE;

**12.8** Prazo de entrega e vigência da apólice:

**a)** A apólice relativa ao objeto da presente contratação deverá ser remetida, digitalmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do contrato, em data previamente combinada, à Seção de Segurança e Transporte - SESET (seset-lista@tre-go.jus.br) e à Seção de Contratos (secnt-lista@tre-go.jus.br) com solicitação de aviso de recebimento;

**b)** O recebimento provisório da apólice, para efeito de posterior verificação de sua conformidade, será realizado quando recebida pelo(a) Titular da SESET ou seu(sua) Substituto(a).

**c)** O recebimento definitivo será realizado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a entrega da apólice;

**d)** O fato da seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado na alínea “a”, do item 12.8 não a exime de prestar a cobertura contratada, na ocorrência de sinistros e/ou problemas correlatos.

## **13. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

### 13.1 Do recebimento do objeto

#### 13.1.1 o serviço será recebido:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade das especificações previstas na contratação.

b) definitivamente, em cinco dias a contar do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências da contratação.

b.1) O objeto da contratação poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo de dez dias, a contar da notificação da empresa, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

b.2) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

b.3) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto às especificações, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal/Boleto no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.2 O pagamento do valor contratado será efetuado pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa;

13.3 Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas no instrumento de medição de resultados;

13.4 As adequações de pagamento originadas de insuficiência de resultados não devem ser interpretadas como penalidades ou multas;

13.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

13.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

13.6.1 Independentemente do percentual de tributo indicado na nota fiscal apresentada, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

13.7 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123/2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

13.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua aplicação se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

$EM$  = Encargos moratórios;

$N$  = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

$VP$  = Valor da parcela a ser paga.

$I$  = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I$ (TX)	=	$I = (6/100)$ / 365	$I = 0,00016438$ /TX = Percentual da Taxa Anual = 6%
-------------	---	------------------------	---

## **14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **14.1 Poderão ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções:**

**14.1.1** Advertência, nos casos de inexecução parcial do contrato que correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução contratual que não justifiquem a imposição de penalidades mais graves;

**14.1.2** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; inexecução total do contrato; retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado;

**14.1.3** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de declaração falsa durante a execução do contrato; comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza, prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846, de 2013, bem como, nos casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União.

### **14.2 A CONTRATADA estará sujeita ainda às seguintes multas:**

**14.2.1** 0,5% (zero vírgula cinco por cento), limitada a 5% (cinco por cento), sobre o valor total do contrato, nos casos especificados no item 14.1.1

**14.2.2** 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor total do bem, pelo retardamento da entrega do objeto contratado sem motivo justificado;

**14.2.3** 10% (dez por cento), limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor o valor total do contrato no caso de inexecução total do Ajuste ou no caso de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**14.2.4** 10% (dez por cento), limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor total do contrato, nos casos especificados no item 14.1.3

**14.2.5** As sanções previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa;

**14.2.6** O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-GO à adjudicatária, ou cobrado judicialmente.

**14.2.7** Não será aplicada multa, desde que justificada e comprovadamente, o atraso na execução dos serviços advier de caso fortuito ou de força maior;

**14.2.8** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa;

**14.2.9** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**14.2.10** As sanções administrativas serão aplicadas conforme disposto no **TÍTULO IV - DAS IRREGULARIDADES, CAPÍTULO I - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** da Lei 14.133 de 2021, que regulamenta o procedimento de aplicação das sanções administrativas;

**14.2.11** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na NLLC, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999;

**14.2.12** A inexecução parcial (ainda que temporária) ou total da obrigação pactuada sujeitará às sanções:

**I.** Advertência;

**II.** Multa;

**III.** Impedimento de licitar e contratar;

**IV.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



**14.2.13** Na aplicação das sanções serão considerados:

**I.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**II.** As peculiaridades do caso concreto;

**III.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**IV.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**V.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## **15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

15.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107 da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2024.

## **16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

16.1 O custo estimado global da contratação é de **R\$ 143.717,05 (cento e quarenta e três mil setecentos e dezessete reais e cinco centavos)**, calculado considerando os valores totais dos prêmios por tipo de veículo, conforme valores da tabela abaixo, retirados do ID 1348964.

<b>TIPO DE VEÍCULO</b>	<b>QTD DE VEÍCULOS (por tipo)</b>	<b>VALOR UNITÁRIO POR TIPO DE VEÍCULO</b>	<b>VALOR TOTAL POR TIPO DE VEÍCULO</b>
CHEV/SPIN 1.8L MT LT	2	R\$ 1.958,59	R\$ 3.917,18
VW/GOL 1.0L MC4	11	R\$ 1.508,64	R\$ 16.595,04
VW/13.190 CRM 4X2	2	R\$ 4.648,10	R\$ 9.296,20
RENAULT/MASTER FUR L3H2	1	R\$ 2.670,45	R\$ 2.670,45
JEEP/COMMANDER LIM TD380	2	R\$ 3.104,61	R\$ 6.209,22
IVECO/DAILY 55-170 VAN	2	R\$ 3.685,46	R\$ 7.370,92
VW/POLO TRACK MA	14	R\$ 1.775,91	R\$ 24.862,74
GWM/HAVAL H6 PHEV 19	10	R\$ 3.806,31	R\$ 38.063,10
FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID	10	R\$ 2.401,15	R\$ 24.011,50
GWM/WEY 07 HÍBRIDO	2	R\$ 5.361,85	R\$ 10.723,70

## **17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

17.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Goiânia, datado e assinado eletronicamente.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Integrantes técnicos	Ernesto Carvalho Lima Técnico Judiciário SESET
	Breno Augusto de Oliveira Prado Chefe da Seção de Segurança e Transporte SESET

**ANEXO I - Do Termo de Referência**  
**RELAÇÃO DOS VEÍCULOS A SEREM SEGURADOS**

ANEXO I-A - ATUALMENTE SEGURADOS PELAS APÓLICES [01.31.0150216](#) e [01.31.0150215](#) E SEU ENDOSSO [01.31.0150216](#)

VIGÊNCIA: 28 de junho de 2026

ITEM	VEÍCULO	PLACA	ANO/MODELO	COMB.
1	VW/GOL 1.0L MC4	PRS8907	2018	ETANOL/GASOLINA
2	VW/GOL 1.0L MC4	PRS7977	2018	ETANOL/GASOLINA
3	VW/GOL 1.0L MC4	PRS8267	2018	ETANOL/GASOLINA
4	VW/GOL 1.0L MC4	PRS8607	2018	ETANOL/GASOLINA
5	VW/GOL 1.0L MC4	PRS7847	2018	ETANOL/GASOLINA
6	VW/GOL 1.0L MC4	PRS8367	2018	ETANOL/GASOLINA
7	VW/GOL 1.0L MC4	PRS8327	2018	ETANOL/GASOLINA
8	VW/GOL 1.0L MC4	PRS7517	2018	ETANOL/GASOLINA
9	VW/GOL 1.0L MC4	PRS8577	2018	ETANOL/GASOLINA
10	VW/GOL 1.0L MC4	PRS8437	2018	ETANOL/GASOLINA
11	VW/GOL 1.0L MC4	PRS8547	2018	ETANOL/GASOLINA
12	CHEVROLET/SPIN 1.8 LT	PRS6827	2018/2019	ETANOL/GASOLINA
13	CHEVROLET/SPIN 1.8 LT	PRS7417	2018/2019	ETANOL/GASOLINA
14	RENAULT/MASTER L3H2	PBY2522	2019/2020	DIESEL
15	VW/13.190	QTO0238	2019/2020	DIESEL
16	VW/13.190	QTO0498	2019/2020	DIESEL
17	IVECO/DAILY 55- 170	SCO3J22	2022/2023	DIESEL
18	IVECO/DAILY 55- 170	SCO3J62	2022/2023	DIESEL

19	JEEP/COMMANDER LIMITED TD 380	RPB6F33	2022/2023	DIESEL
20	JEEP/COMMANDER LIMITED TD 380	RPB6I15	2022/2023	DIESEL
21	VW/POLO TRACK MA	TFB9B39	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
22	VW/POLO TRACK MA	TFI3A49	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
23	VW/POLO TRACK MA	TFS0H39	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
24	VW/POLO TRACK MA	TFU0E69	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
25	VW/POLO TRACK MA	TFJ5I39	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
26	VW/POLO TRACK MA	TF08F79	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
27	VW/POLO TRACK MA	TFL3C79	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
28	VW/POLO TRACK MA	TFI6A39	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
29	VW/POLO TRACK MA	TFJ8C49	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
30	VW/POLO TRACK MA	TGJ0D09	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
31	VW/POLO TRACK MA	TFN1I49	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
32	VW/POLO TRACK MA	TFJ6C69	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
33	VW/POLO TRACK MA	TFU9I29	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
34	VW/POLO TRACK MA	TFT6C29	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
35	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFS4G96	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA
36	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFF7C76	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA
37	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFM4I26	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA
38	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFD9B16	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA
39	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFF1J26	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA
40	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFN3I18	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA
41	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFJ4J58	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA
42	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFK9H88	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA
43	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFC8I98	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA
44	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFE9F18	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA

## ANEXO I-B - FIAT - PULSE TURBO HYBRID IMPETUS

SEM COBERTURA DE SEGURO - INGRESSO IMEDIATO PENDENTE RECEBIMENTO DOS VEÍCULOS SEI  
25.0.000012736-4

ITEM	VEÍCULO	PLACA	ANO/MODELO	COMB.
1	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TGE8F79	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX
2	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TFB2E89	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX
3	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TFK0I39	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX
4	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TFT0B49	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX
5	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TGH7E79	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX
6	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TGD6DT9	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX
7	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TFF5E49	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX

<b>8</b>	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TGL0C34	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX
<b>9</b>	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TGJ5E84	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX
<b>10</b>	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TGF3J84	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX

**ANEXO I-C - VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO**

COBERTURA DE SEGURO POR UM ANO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA SEI 25.0.000014658-0

<b>ITEM</b>	<b>VEÍCULO</b>	<b>PLACA</b>	<b>ANO/MODELO</b>	<b>COMB.</b>
<b>1</b>	GWM/WEY 07 HÍBRIDO	TFV8G41	2025/2026	HÍBRIDO/GASOLINA
<b>2</b>	GWM/WEY 07 HÍBRIDO	TFS7J81	2025/2026	HÍBRIDO/GASOLINA

**ANEXO II - Do Termo de Referência**

**RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE GUARDA E TELEFONE PARA AGENDAMENTO  
ORGANIZADO ALFABÉTICAMENTE POR MUNICÍPIO**

<b>ITEM</b>	<b>VEÍCULO</b>	<b>PLACA</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>Endereço</b>	<b>TELEFONE</b>
<b>1</b>	VW/POLO TRACK MA	TFI 6A39	Alto Paraíso	Fórum Lênio Cunha Prudente, Rodovia GO- 118 Área de Expansão Urbana	62 3446- 1883
<b>2</b>	VW/POLO TRACK MA	TFL 3C79	Alvorada do Norte	Rua Francisco Mota Lima Esq/ com Rua 02 Centro	62 3920- 4123

3	VW/POLO TRACK MA	TFJ 8C49	Anicuns	Travessa 3- a, (rua Circular - Ed. do Fórum) Centro	62 3920- 4034
4	VW/POLO TRACK MA	TFT 6C29	Aparecida de Goiânia	Rua 10 qd W Ltes 06/09, Setor Araguaia Setor Araguaia	62 3283- 1655
5	VW/GOL 1.0L MC4	PRS 8907	Caldas Novas	Av. Tiradentes, com Rua B-1 Itanhanga I	64 3453- 1288
6	VW/POLO TRACK MA	TFN 1149	Campos Belos	Rua das Laranjeiras, Quadra 15-c, Lote 14, Setor Aeroporto Centro	62 3451- 2200
7	VW/POLO TRACK MA	TFJ 6C69	Catalão	Rua 506, 300, Quadra 08, Lotes 3/4/5 Santa Cruz	64 3411- 4224 64 3441- 2985
8	VW/GOL 1.0L MC4	PRS 7977	Ceres	Praça Cívica, Edifício do Fórum, Cartório Eleitoral Centro	62 3323- 2961
9	VW/GOL 1.0L MC4	PRS 7847	Goianésia	Av. Mato Grosso, 1305 Setor Universitário	62 3353- 4861 62 3353- 2222
10	CHEV/SPIN 1.8L MT LT	PRS 6827	Goiânia	Av T-1 com Rua Orestes Ribeiro, S/n, Ed. Ialba- luza Guimarães de Mello – Setor Bueno	62 3920- 4332
11	CHEV/SPIN 1.8L MT LT	PRS 7417	Goiânia	Av T-1 com Rua Orestes Ribeiro, S/n, Ed. Ialba- luza Guimarães de Mello – Setor Bueno	63 3920- 4332
12	VW/GOL 1.0L MC4	PRS 8267	Goiânia	Av T-1 com Rua Orestes Ribeiro, S/n, Ed. Ialba-	64 3920- 4332

				luza Guimarães de Mello – Setor Bueno	
13	JEEP/COMMANDER LIMITED TD 380	RPB 6F33	Goiânia	TRE-GO Sede, Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, 300 Setor Central	62 3920- 4188
14	JEEP/COMMANDER LIMITED TD 380	RPB 6I15	Goiânia	TRE-GO Sede, Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, 300 Setor Central	62 3920- 4188
15	VW/POLO TRACK MA	TFS 0H39	Goiânia	TRE-GO Sede, Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, 300 Setor Central	62 3920- 4188
16	VW/POLO TRACK MA	TFU 0E69	Goiânia	TRE-GO Sede, Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, 300 Setor Central	62 3920- 4188
17	RENAULT/MASTER FUR L3H2	PBY 2522	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521- 2291
18	VW/13.190	QTO 0238	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521- 2291
19	VW/13.190	QTO 0498	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521- 2291
20	IVECO/DAILY 55- 170	SCO 3J22	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591,	62 3521- 2291

				Setor Aeroporto	
21	IVECO/DAILY 55-170	SCO 3J62	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521-2291
22	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFS 4G96	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521-2291
23	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFF 7C76	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521-2291
24	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFM 4I26	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521-2291
25	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFD 9B16	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521-2291
26	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFF 1J26	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521-2291
27	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFN3I18	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521-2291
28	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFJ4J58	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521-2291
29	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFK9H88	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521-2291
30	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFC8I98	Goiânia	TRE-GO Anexo II,	62 3521-2291



				Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	
31	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFE 9F18	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521- 2291
32	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID	TGE 8F79	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521- 2291
33	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID	TFB 2E89	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521- 2291
34	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID	TFK 0I39	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521- 2291
35	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID	TFT 0B49	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521- 2291
36	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID	TGH 7E79	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521- 2291
37	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID	TGD 6D79	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521- 2291
38	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID	TFF 5E49	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521- 2291
39	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID	TGL 0C34	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521- 2291

40	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID	TGJ 5E84	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521- 2291
41	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID	TGF 3J84	Goiânia	TRE-GO Anexo II, Rua 25-A, 591, Setor Aeroporto	62 3521- 2291
42	GWM/WEY 07	TFV8G41	Goiânia	TRE-GO Sede, Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, 300 Setor Central	62 3920- 4188
43	GWM/WEY 07	TFS7J81	Goiânia	TRE-GO Sede, Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, 300 Setor Central	62 3920- 4188
44	POLO TRACK MA	TFJ 5I39	Valparaíso de Goiás	Rua 60, Área Especial N.6, Praia dos Amores 2 Etapa do Jardim Céu Azul	62 3920- 4233 61 3624- 1707 61 3624- 2026
45	VW/GOL 1.0L MC4	PRS 8367	Goianira	Rua Iaciara qd 08 lt 24/26 Salas 4 a 7 - Prédio Faria Lima Setor Verdes Mares II	62 3516- 1139 62 3920- 4036
46	VW/POLO TRACK MA	TFI 3A49	Iporá	Rua Presidente Kennedy, Qd.67 B, Lt. 05 Centro	64 3603- 2303 62 3920- 4053
47	VW/POLO TRACK MA	TGJ 0D09	Itapaci	R. Sen. Emival Ramos Caiado, S/n, Fórum de Itapaci Centro	62 3920- 4131
48	VW/GOL 1.0L MC4	PRS 8327	Itapuranga	Rua 45 C. Rua 56 e Rua 04 Ed.	62 3312- 1156

				do Forum Centro	62 3355- 1600
49	VW/GOL 1.0L MC4	PRS 7517	Jussara	Rua Reboucas 685 Edifício do Forum Setor Sao Francisco	62 3920- 4095 62 3373- 1733 62 3373- 1886
50	VW/GOL 1.0L MC4	PRS 8577	Luziânia	Av. Dr Neilor Rolim, Qd. Mos, Lt. 01 Parque Jk	62 3940- 4119 61 3622- 4527
51	VW/POLO TRACK MA	TFO 8F79	Mineiros	Rua Sebastião Barbosa de Oliveira, Quadra 1 A, Lote 03 Rodrigues	62 3920- 4121
52	VW/GOL 1.0L MC4	PRS 8437	Palmeiras de Goiás	Av. Goiás, com Rua 04 e Rua 20, Jardim Atlântico	62 3920- 4023 64 3571- 1452
53	VW/POLO TRACK MA	TFB 9B39	Planaltina	Quadra 07 Mr 08 Lote 18 Setor Leste Setor Leste	62 3920- 4189
54	VW/GOL 1.0L MC4	PRS 8607	Rio Verde	Rua Umbelino Fonseca qd 83 lt 11/12 Setor Morada do Sol	62 3920- 4030 64 3623- 2687 64 3622- 0575
55	VW/POLO TRACK MA	TFU 9I29	São Domingos	Rua 05 Esq com Av. Bahia Centro	62 3425- 1211
56	VW/GOL 1.0L MC4	PRS 8547	São Luís de Montes Belos	Rua Rio Claro - 1.619 Setor Rodoviário	64 3671- 2005 64 3671- 1975

### ANEXO III - Do Termo de Referência

#### ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS A SEREM SEGURADOS

ITEM	VALOR SEGURADO	DESCRIÇÃO	FAIXA BÔNUS

1	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/POLO TRACK MA          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: TFI6A39          Ano de fabricação/modelo: 2024/2025          N° do Chassi: 9BWAG5R13ST067904          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): ALTO PARAÍSO/GO</p>	1/10
2	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/POLO TRACK MA          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: TFL3C79          Ano de fabricação/modelo: 2024/2025          N° do Chassi: 9BWAG5R15ST068102          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): ALVORADA DO NORTE/GO</p>	1/10
3	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/POLO TRACK MA          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: TFJ8C49          Ano de fabricação/modelo: 2024/2025          N° do Chassi: 9BWAG5R12ST065674          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): ANICUNS/GO</p>	1/10
4	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/POLO TRACK MA          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: TFT6C29          Ano de fabricação/modelo: 2024/2025          N° do Chassi: 9BWAG5R14ST065305          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): APARECIDA DE GOIÂNIA/GO</p>	1/10
5	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/GOL 1.0L MC4          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: PRS8907          Ano de fabricação/modelo: 2018/2018          N° do Chassi: 9BWAG45U3KT068450          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): CALDAS NOVAS/GO</p>	1/10

6	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/POLO TRACK MA          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: TFN1I49          Ano de fabricação/modelo: 2024/2025          N° do Chassi: 9BWAG5R19ST068801          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): CAMPOS BELOS/GO</p>	1/10
7	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/POLO TRACK MA          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: TFJ6C69          Ano de fabricação/modelo: 2024/2025          N° do Chassi: 9BWAG5R19ST064702          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): CATALÃO/GO</p>	1/10
8	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/GOL 1.0L MC4          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: PRS7977          Ano de fabricação/modelo: 2018/2018          N° do Chassi: 9BWAG45U8KT068718          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): CERES/GO</p>	1/10
9	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/GOL 1.0L MC4          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: PRS7847          Ano de fabricação/modelo: 2018/2018          N° do Chassi: 9BWAG45U9KT070784          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): GOIANÉSIA/GO</p>	1/10
10	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/GOL 1.0L MC4          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: PRS8367          Ano de fabricação/modelo: 2018/2018          N° do Chassi: 9BWAG45U8KT068296          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): GOIANIRA/GO</p>	1/10
11	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/POLO TRACK MA          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: TFI3A49</p>	1/10

		Ano de fabricação/modelo: 2024/2025 Nº do Chassi: 9BWAG5R12ST067912 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): IPORÁ/GO	
12	Valor do Casco	Veículo: PASSAGEIRO Marca/Modelo: VW/POLO TRACK MA Combustível: ETANOL/GASOLINA Cor predominante: PRETA Placa: TGJ0D09 Ano de fabricação/modelo: 2024/2025 Nº do Chassi: 9BWAG5R11ST067609 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): ITAPACI/GO	1/10
13	Valor do Casco	Veículo: PASSAGEIRO Marca/Modelo: VW/GOL 1.0L MC4 Combustível: ETANOL/GASOLINA Cor predominante: PRETA Placa: PRS8327 Ano de fabricação/modelo: 2018/2018 Nº do Chassi: 9BWAG45U6KT068538 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): ITAPURANGA/GO	1/10
14	Valor do Casco	Veículo: PASSAGEIRO Marca/Modelo: VW/GOL 1.0L MC4 Combustível: ETANOL/GASOLINA Cor predominante: PRETA Placa: PRS7517 Ano de fabricação/modelo: 2018/2018 Nº do Chassi: 9BWAG45U5KT068739 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): JUSSARA/GO	1/10
15	Valor do Casco	Veículo: PASSAGEIRO Marca/Modelo: VW/GOL 1.0L MC4 Combustível: ETANOL/GASOLINA Cor predominante: PRETA Placa: PRS8577 Ano de fabricação/modelo: 2018/2018 Nº do Chassi: 9BWAG45U7KT069682 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): LUZIÂNIA/GO	1/10
16	Valor do Casco	Veículo: PASSAGEIRO Marca/Modelo: VW/POLO TRACK MA Combustível: ETANOL/GASOLINA Cor predominante: PRETA Placa: TFO8F79 Ano de fabricação/modelo: 2024/2025 Nº do Chassi: 9BWAG5R11ST066699 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): MINEIROS/GO	1/10

17	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/GOL 1.0L MC4          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: PRS8437          Ano de fabricação/modelo: 2018/2018          N° do Chassi: 9BWAG45U6KT067972          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): PALMEIRAS DE GOIÁS/GO</p>	1/10
18	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/POLO TRACK MA          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: TFB9B39          Ano de fabricação/modelo: 2024/2025          N° do Chassi: 9BWAG5R18ST068305          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): PLANALTINA/GO</p>	1/10
19	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/GOL 1.0L MC4          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: PRS8607          Ano de fabricação/modelo: 2018/2018          N° do Chassi: 9BWAG45U5KT066599          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): RIO VERDE/GO</p>	1/10
20	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/POLO TRACK MA          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: TFU9I29          Ano de fabricação/modelo: 2024/2025          N° do Chassi: 9BWAG5R16ST067914          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): SÃO DOMINGOS/GO</p>	1/10
21	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/GOL 1.0L MC4          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: PRS8547          Ano de fabricação/modelo: 2018/2018          N° do Chassi: 9BWAG45U3KT069629          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): SÃO LUIZ DE MONTES BELOS/GO</p>	1/10
22	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/POLO TRACK MA          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: TFJ5I39</p>	1/10

		Ano de fabricação/modelo: 2024/2025 Nº do Chassi: 9BWAG5R18ST065615 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): VALPARAÍSO/GO	
23	Valor do Casco	Veículo: MISTO Marca/Modelo: JEEP/COMMANDER LIM TD380 Combustível: DIESEL Cor predominante: PRETA Placa: RPB6F33 Ano de fabricação/modelo: 2022 / 2022 Nº do Chassi: 988671143NKN11349 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	1/10
24	Valor do Casco	Veículo: MISTO Marca/Modelo: JEEP/COMMANDER LIM TD380 Combustível: DIESEL Cor predominante: PRETA Placa: RPB6I15 Ano de fabricação/modelo: 2022 / 2022 Nº do Chassi: 988671143NKN11308 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	1/10
25	Valor do Casco	Veículo: CARGA Marca/Modelo: RENAULT/MASTER FUR L3H2 Combustível: DIESEL Cor predominante: BRANCA Placa: PBY2522 Ano de fabricação/modelo: 2019 / 2020 Nº do Chassi: 93YMAF4XELJ038593 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	1/10
26	Valor do Casco	Veículo: CARGA Marca/Modelo: VW/13.190 CRM 4X2 Combustível: DIESEL Cor predominante: BRANCA Placa: QTO0238 Ano de fabricação/modelo: 2019 / 2020 Nº do Chassi: 9536E7239LR017550 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	1/10
27	Valor do Casco	Veículo: CARGA Marca/Modelo: VW/13.190 CRM 4X2 Combustível: DIESEL Cor predominante: BRANCA Placa: QTO0498 Ano de fabricação/modelo: 2019 / 2020 Nº do Chassi: 9536E7238LR017393 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	1/10



<b>28</b>	Valor do Casco	<p>Veículo: CARGA          Marca/Modelo: IVECO/DAILY 55-170VAN          Combustível: DIESEL          Cor predominante: BRANCA          Placa: SCO3J62          Ano de fabricação/modelo: 2022 / 2023          N° do Chassi: 93ZC053CZP8504426          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO</p>	1/10
<b>29</b>	Valor do Casco	<p>Veículo: CARGA          Marca/Modelo: IVECO/DAILY 55-170VAN          Combustível: DIESEL          Cor predominante: BRANCA          Placa: SCO3J22          Ano de fabricação/modelo: 2022 / 2023          N° do Chassi: 93ZC053CZP8504402          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO</p>	1/10
<b>30</b>	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: CHEV/SPIN 1.8L MT LT          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: PRS6827          Ano de fabricação/modelo: 2018/2019          N° do Chassi: 9BGJB7520KB157258          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO</p>	1/10
<b>31</b>	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: CHEV/SPIN 1.8L MT LT          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: PRS7417          Ano de fabricação/modelo: 2018/2019          N° do Chassi: 9BGJB7520KB158585          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO</p>	1/10
<b>32</b>	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/GOL 1.0L MC4          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: PRS8267          Ano de fabricação/modelo: 2018/2019          N° do Chassi: 9BWAG45UXKT067313          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO</p>	1/10

33	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/POLO TRACK MA          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: TFS0H39          Ano de fabricação/modelo: 2024/2025          N° do Chassi: 9BWAG5R18ST065243          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO</p>	1/10
34	Valor do Casco	<p>Veículo: PASSAGEIRO          Marca/Modelo: VW/POLO TRACK MA          Combustível: ETANOL/GASOLINA          Cor predominante: PRETA          Placa: TFU0E69          Ano de fabricação/modelo: 2024/2025          N° do Chassi: 9BWAG5R19ST064652          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO</p>	1/10
35	Valor do Casco	<p>Veículo: MISTO CAMIONETA          Marca/Modelo: GWM/HAVAL H6 PHEV 19          Combustível: GASOLINA/HÍBRIDO PLUG-IN          Cor predominante: PRETA          Placa: TFC8I98          Ano de fabricação/modelo: 2025/2025          N° do Chassi: LGWEFUA52SH944819          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO</p>	1/10
36	Valor do Casco	<p>Veículo: MISTO CAMIONETA          Marca/Modelo: GWM/HAVAL H6 PHEV 19          Combustível: GASOLINA/HÍBRIDO PLUG-IN          Cor predominante: PRETA          Placa: TFD9B16          Ano de fabricação/modelo: 2025/2025          N° do Chassi: LGWEFUA50SH971534          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO</p>	1/10
37	Valor do Casco	<p>Veículo: MISTO CAMIONETA          Marca/Modelo: GWM/HAVAL H6 PHEV 19          Combustível: GASOLINA/HÍBRIDO PLUG-IN          Cor predominante: PRETA          Placa: TFE9F18          Ano de fabricação/modelo: 2025/2025          N° do Chassi: LGWEFUA54SH956826          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO</p>	1/10

38	Valor do Casco	<p>Veículo: MISTO CAMIONETA          Marca/Modelo: GWM/HAVAL H6 PHEV 19          Combustível: GASOLINA/HÍBRIDO PLUG-IN          Cor predominante: PRETA          Placa: TFF1J26          Ano de fabricação/modelo: 2025/2025          N° do Chassi: LGWEFUA54SH956230          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO</p>	1/10
39	Valor do Casco	<p>Veículo: MISTO CAMIONETA          Marca/Modelo: GWM/HAVAL H6 PHEV 19          Combustível: GASOLINA/HÍBRIDO PLUG-IN          Cor predominante: PRETA          Placa: TFF7C76          Ano de fabricação/modelo: 2025/2025          N° do Chassi: LGWEFUA54SH968880          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO</p>	1/10
40	Valor do Casco	<p>Veículo: MISTO CAMIONETA          Marca/Modelo: GWM/HAVAL H6 PHEV 19          Combustível: GASOLINA/HÍBRIDO PLUG-IN          Cor predominante: PRETA          Placa: TFJ4J58          Ano de fabricação/modelo: 2025/2025          N° do Chassi: LGWEFUA58SH968705          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO</p>	1/10
41	Valor do Casco	<p>Veículo: MISTO CAMIONETA          Marca/Modelo: GWM/HAVAL H6 PHEV 19          Combustível: GASOLINA/HÍBRIDO PLUG-IN          Cor predominante: PRETA          Placa: TFK9H88          Ano de fabricação/modelo: 2025/2025          N° do Chassi: LGWEFUA58SH962631          Categoria: OFICIAL          Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO</p>	1/10
42	Valor do Casco	<p>Veículo: MISTO CAMIONETA          Marca/Modelo: GWM/HAVAL H6 PHEV 19          Combustível: GASOLINA/HÍBRIDO PLUG-IN          Cor predominante: PRETA          Placa: TFM4I26          Ano de fabricação/modelo: 2025/2025          N° do Chassi: LGWEFUA59SH971533          Categoria: OFICIAL</p>	1/10

		Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	
43	Valor do Casco	Veículo: MISTO CAMIONETA Marca/Modelo: GWM/HAVAL H6 PHEV 19 Combustível: GASOLINA/HÍBRIDO PLUG-IN Cor predominante: PRETA Placa: TFN3I18 Ano de fabricação/modelo: 2025/2025 Nº do Chassi: LGWEFUA58SH961110 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	1/10
44	Valor do Casco	Veículo: MISTO CAMIONETA Marca/Modelo: GWM/HAVAL H6 PHEV 19 Combustível: GASOLINA/HÍBRIDO PLUG-IN Cor predominante: PRETA Placa: TFS4G96 Ano de fabricação/modelo: 2025/2025 Nº do Chassi: LGWEFUA54SH956776 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	1/10
45	Valor do Casco	Veículo: MISTO CAMIONETA Marca/Modelo: FIAT/PULSE IMPETUS HYB Combustível: GASOLINA/ETANOL/ELETRICO Cor predominante: PRETA Placa: TFF5E49 Ano de fabricação/modelo: 2026/2026 Nº do Chassi: 9BD363ARWTYT33584 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	1/10
46	Valor do Casco	Veículo: MISTO CAMIONETA Marca/Modelo: FIAT/PULSE IMPETUS HYB Combustível: GASOLINA/ETANOL/ELETRICO Cor predominante: PRETA Placa: TFK0I39 Ano de fabricação/modelo: 2026/2026 Nº do Chassi: 9BD363ARWTYT31375 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	1/10
47	Valor do Casco	Veículo: MISTO CAMIONETA Marca/Modelo: FIAT/PULSE IMPETUS HYB Combustível: GASOLINA/ETANOL/ELETRICO Cor predominante: PRETA Placa: TFB2E89 Ano de fabricação/modelo: 2026/2026 Nº do Chassi:	1/10

		9BD363ARWTYT31302 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	
48	Valor do Casco	Veículo: MISTO CAMIONETA Marca/Modelo: FIAT/PULSE IMPETUS HYB Combustível: GASOLINA/ETANOL/ELETRICO Cor predominante: PRETA Placa: TFT0B49 Ano de fabricação/modelo: 2026/2026 Nº do Chassi: 9BD363ARWTYT31289 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	1/10
49	Valor do Casco	Veículo: MISTO CAMIONETA Marca/Modelo: FIAT/PULSE IMPETUS HYB Combustível: GASOLINA/ETANOL/ELETRICO Cor predominante: PRETA Placa: TGD6D79 Ano de fabricação/modelo: 2026/2026 Nº do Chassi: 9BD363ARWTYT32682 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	1/10
50	Valor do Casco	Veículo: MISTO CAMIONETA Marca/Modelo: FIAT/PULSE IMPETUS HYB Combustível: GASOLINA/ETANOL/ELETRICO Cor predominante: PRETA Placa: TGE8F79 Ano de fabricação/modelo: 2026/2026 Nº do Chassi: 9BD363ARWTYT31320 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	1/10
51	Valor do Casco	Veículo: MISTO CAMIONETA Marca/Modelo: FIAT/PULSE IMPETUS HYB Combustível: GASOLINA/ETANOL/ELETRICO Cor predominante: PRETA Placa: TGH7E79 Ano de fabricação/modelo: 2026/2026 Nº do Chassi: 9BD363ARWTYT31373 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	1/10
52	Valor do Casco	Veículo: MISTO UTILITÁRIO Marca/Modelo: GWM/WEY 07 Combustível: GASOLINA/HÍBRIDO PLUG-IN Cor predominante: PRETA Placa: TFV8G41 Ano de fabricação/modelo: 2026/2026	1/10

		Nº do Chassi: LGWFGVA78TH917229 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	
53	Valor do Casco	Veículo: MISTO UTILITÁRIO Marca/Modelo: GWM/WEY 07 Combustível: GASOLINA/HÍBRIDO PLUG-IN Cor predominante: PRETA Placa: TFS7J81 Ano de fabricação/modelo: 2026/2026 Nº do Chassi: LGWFGVA70TH917256 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	1/10
54	Valor do Casco	Veículo: MISTO CAMIONETA Marca/Modelo: FIAT/PULSE IMPETUS HYB Combustível: GASOLINA/ETANOL/ELETRICO Cor predominante: PRETA Placa: TGL0C34 Ano de fabricação/modelo: 2026/2026 Nº do Chassi: 9BD363ARWTYT45230 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	
55	Valor do Casco	Veículo: MISTO CAMIONETA Marca/Modelo: FIAT/PULSE IMPETUS HYB Combustível: GASOLINA/ETANOL/ELETRICO Cor predominante: PRETA Placa: TGJ5E84 Ano de fabricação/modelo: 2026/2026 Nº do Chassi: 9BD363ARWTYT45231 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	
56	Valor do Casco	Veículo: MISTO CAMIONETA Marca/Modelo: FIAT/PULSE IMPETUS HYB Combustível: GASOLINA/ETANOL/ELETRICO Cor predominante: PRETA Placa: TGF3J84 Ano de fabricação/modelo: 2026/2026 Nº do Chassi: 9BD363ARWTYT47225 Categoria: OFICIAL Localidade (Cidade/Estado): GOIÂNIA/GO	

#### APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA

## **Estudo Técnico Preliminar**

### **1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:**

1.1. Número do processo SEI 25.0.000017475-3

### **2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

2.1. Ordem verbal do Chefe da Seção de Transporte e Segurança designou o servidor Ernesto Carvalho Lima como sendo o integrante da equipe de planejamento dos trabalhos afetados a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, Selo Verde, Mapa de Risco e Termo de Referência devotados a contratação de seguro veicular para a frota oficial do TRE-GO;

### **3. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP**

3.1. A contratação se justifica pela necessidade de resguardar o patrimônio público em decorrência da potencialidade de ocorrerem colisões, furtos e roubos de veículos, de modo a buscar o equilíbrio financeiro e orçamentário a fim de se evitar gastos com reparo ou aquisição de outros veículos, por consequência de um eventual sinistro.

### **4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

4.1 Necessidade de resguardar o patrimônio público em decorrência de colisões, furtos e roubos de veículos, de modo a buscar o equilíbrio financeiro orçamentário a fim de se evitar gastos com reparo ou aquisição de outro veículo, por consequência de um eventual sinistro; bem como de mitigar eventuais impactos financeiros decorrentes de indenizações pessoais, materiais e morais, oriundas de acidentes envolvendo automóveis da frota oficial deste TRE-GO.

### **5. ÁREA REQUISITANTE**

5.1 A área requisitante é a Seção de Segurança e Transporte, vinculada a Coordenadoria de Engenharia e Infraestrutura, integrante da Secretaria de Administração e Orçamento do TRE - GO.

### **6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1 O requisito necessário ao pleno atendimento da necessidade ora em processo de contratação é que a sociedade empresarial contratada atue na área de seguro de automóveis.

6.2 O fornecedor será selecionado por meio da adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### **7. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

7.1 Não há restrição de mercado, eis que não há requisitos que possam limitar a participação de eventual sociedade empresarial interessada.

### **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

8.1. A presente contratação encontra-se desenhada para funcionar mediante a expedição da ordem de serviço, o que ocorrerá em tempo oportuno, após a assinatura do contrato. O que imporá à parte contratada a obrigação de fazer apresentar, nos locais e datas estipulados a apólice de seguro nos termos contratados.

8.2. Na ocorrência de sinistro a seguradora será acionada para realização dos serviços necessários para o reestabelecimento da funcionalidade do veículo, bem como promover as indenizações pertinentes.

### **9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

9.1 Frota do TRE-GO composta por 51 (cinquenta e um) veículos, bem como outros 2 (dois) novos veículos para atender a Presidência e Corregedoria, que são objetos do Pregão Eletrônico 90047/2022 (SEI

25.0.000014658-0), além daqueles 3 (três) veículos híbridos leves objeto da execução da ata de registro de preços [nº 39/2025](#) (SEI 25.0.000012736-4).

## **10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1** O custo estimado global da contratação é de R\$ 143.720,05 (cento e quarenta e três mil setecentos e vinte reais e cinco centavos), **calculado considerando os valores totais dos prêmios por tipo de veículo**, conforme valores **retirados do ID 1348964**.

## **11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)**

**11.1** Considerando a natureza do objeto da contratação, a adjudicação por grupo tende a propiciar contratações mais vantajosas, gerando economia de escala, quando comparada à adjudicação por item. A adoção de grupos não afeta a integridade do objeto pretendido e sim visa à perfeita execução do mesmo, já que se fosse adotada a divisão por itens, incorreria na possibilidade de distintas sociedades empresariais vencerem o certame, tornando a gestão dos contratos, tecnicamente, mais dispendiosa;

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

**12.1** Não há necessidade de contratações/aquisições correlatas.

## **13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)**

**13.1** A contratação está prevista no [PAC 2026](#), item 67;

## **14. RESULTADOS PRETENDIDOS**

**14.1** Atender as necessidades de mitigação de impacto financeiro negativo ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás decorrente de sinistros;

## **15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

**15.1** Não há necessidade de transição contratual, bem como não há necessidade da administração providenciar, previamente, à celebração do contrato, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização;

## **16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

**16.1** Não se vislumbra, a princípio, possíveis impactos ambientais mitigáveis decorrentes da contratação;

## **17. VIGÊNCIA**

**17.1** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107 da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2024.

## **18. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

**18.1** Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

(Goiânia, datado e assinado digitalmente)

Ernesto Carvalho Lima



Técnico Judiciário

Breno Augusto de Oliveira Prado

Chefe da SESET

**ANEXO II – (do Edital)**  
**VALOR ESTIMATIVO DA CONTRATAÇÃO**

<b>TIPO DE VEÍCULO</b>	<b>QTD DE VEÍCULOS (por tipo)</b>	<b>VALOR UNITÁRIO POR TIPO DE VEÍCULO</b>	<b>VALOR TOTAL POR TIPO DE VEÍCULO</b>
CHEV/SPIN 1.8L MT LT	2	R\$ 1.958,59	R\$ 3.917,18
VW/GOL 1.0L MC4	11	R\$ 1.508,64	R\$ 16.595,04
VW/13.190 CRM 4X2	2	R\$ 4.648,10	R\$ 9.296,20
RENAULT/MASTER FUR L3H2	1	R\$ 2.670,45	R\$ 2.670,45
JEEP/COMMANDER LIM TD380	2	R\$ 3.104,61	R\$ 6.209,22
IVECO/DAILY 55-170 VAN	2	R\$ 3.685,46	R\$ 7.370,92
VW/POLO TRACK MA	14	R\$ 1.775,91	R\$ 24.862,74
GWM/HAVAL H6 PHEV 19	10	R\$ 3.806,31	R\$ 38.063,10
FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID	10	R\$ 2.401,15	R\$ 24.011,50
GWM/WEY 07 HÍBRIDO	2	R\$ 5.361,85	R\$ 10.723,70
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>R\$ 143.720,05</b>

**ANEXO III - do Edital**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA**

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, CNPJ/MF, sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio do(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_ e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas, CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, vistoriou o local de execução dos serviços objeto do Edital de Pregão TRE-GO nº xx/xxxx, tomando conhecimento do local e das condições de realização dos serviços.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de XXXX

\_\_\_\_\_  
assinatura do representante da empresa

## ANEXO IV - DO EDITAL

### ANEXO IV - DO TERMO DE REFERÊNCIA

#### DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA E PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO

**Processo nº** 25.0.000017321-8

**Pregão nº** [Inserir número da contratação]

**Órgão/Entidade Contratante:** Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

A empresa [Nome da sua Empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [00.000.000/0000-00], sediada na [Endereço completo da empresa], neste ato representada legalmente pelo(a) Sr.(a) [Nome do representante], portador(a) da cédula de identidade RG nº [Número do RG] e CPF sob o nº [000.000.000-00], **DECLARA** para os devidos fins de direito que:

1. OPTOU POR NÃO REALIZAR a visita/vistoria técnica ao(s) local(is) onde serão executados os serviços.
2. Não obstante a ausência de vistoria in loco, POSSUI PLENO CONHECIMENTO das condições locais, das exigências técnicas, da natureza e de todas as peculiaridades inerentes à execução do objeto constante no edital/termo de referência.
3. ASSUME inteira e exclusiva responsabilidade por eventuais riscos decorrentes desta decisão, bem como por quaisquer custos, acréscimos ou dificuldades encontradas durante a execução do contrato que poderiam ter sido identificados em uma vistoria prévia.
4. COMPROMETE-SE a executar o contrato em sua totalidade, rigorosamente conforme as especificações e exigências estabelecidas pelo órgão contratante.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

[Cidade - UF], [Dia] de [Mês] de [Ano].

[Nome da Empresa]  
CNPJ: [00.000.000/0000-00]

Assinatura do(a) Representante Legal  
Nome: [Nome do Representante]  
CPF: [000.000.000-00]  
Cargo: [Cargo do Representante]

## ANEXO V – (do Edital)

### MINUTA DE CONTRATO

**MINUTA DE** CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE SEGURO TOTAL para veículos automotores pertencentes à frota oficial, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS** E A **EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX**.

## MINUTA DE CONTRATO TRE/GO Nº XX/20XX

SEI nº 25.0.000017321-8

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**, situado na Praça Cívica nº 300 - Centro, cidade de Goiânia, Estado de Goiás, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 05.526.875/0001-45, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Diretora-Geral, **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, matrícula funcional nº XXXXXXXX e, de outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº XXX.XXX.XXXX/XX, estabelecida na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, cidade de XXXXXXXXXXXX, CEP: XX.XXX-XXX, telefone (XX) XXXX-XXXX, e-mail institucional XXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX, já qualificado(a) nos autos da contratação, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, em conformidade com o disposto na **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, o presente contrato de prestação de serviços de seguro, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços contínuos de seguro total para veículos automotores pertencentes à frota oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, com cobertura compreensiva (seguro total contra colisão, incêndio, roubo, furto, alagamento, inundação e outras hipóteses descritas), com assistência 24 horas, RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, APP - Seguro de Acidentes Pessoais dos ocupantes, cobertura de vidros, faróis, lanternas e retrovisores, nos termos e condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste contrato.

1.2. A presente contratação de seguro total acobertará os veículos abaixo relacionados:

ITEM	VEÍCULO	PLACA	ANO/MODELO	COMB.
1	VW/GOL 1.0L MC4	PRS8907	2018	ETANOL/GASOLINA
2	VW/GOL 1.0L MC4	PRS7977	2018	ETANOL/GASOLINA
3	VW/GOL 1.0L MC4	PRS8267	2018	ETANOL/GASOLINA
4	VW/GOL 1.0L MC4	PRS8607	2018	ETANOL/GASOLINA
5	VW/GOL 1.0L MC4	PRS7847	2018	ETANOL/GASOLINA
6	VW/GOL 1.0L MC4	PRS8367	2018	ETANOL/GASOLINA
7	VW/GOL 1.0L MC4	PRS8327	2018	ETANOL/GASOLINA
8	VW/GOL 1.0L MC4	PRS7517	2018	ETANOL/GASOLINA
9	VW/GOL 1.0L MC4	PRS8577	2018	ETANOL/GASOLINA
10	VW/GOL 1.0L MC4	PRS8437	2018	ETANOL/GASOLINA
11	VW/GOL 1.0L MC4	PRS8547	2018	ETANOL/GASOLINA
12	CHEVROLET/SPIN 1.8 LT	PRS6827	2018/2019	ETANOL/GASOLINA
13	CHEVROLET/SPIN 1.8 LT	PRS7417	2018/2019	ETANOL/GASOLINA
14	RENAULT/MASTER L3H2	PBY2522	2019/2020	DIESEL
15	VW/13.190	QTO0238	2019/2020	DIESEL
16	VW/13.190	QTO0498	2019/2020	DIESEL
17	IVECO/DAILY 55-170	SCO3J22	2022/2023	DIESEL

18	IVECO/DAILY 55-170	SC03J62	2022/2023	DIESEL
19	JEEP/COMMANDER LIMITED TD 380	RPB6F33	2022/2023	DIESEL
20	JEEP/COMMANDER LIMITED TD 380	RPB6I15	2022/2023	DIESEL
21	VW/POLO TRACK MA	TFB9B39	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
22	VW/POLO TRACK MA	TFI3A49	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
23	VW/POLO TRACK MA	TFS0H39	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
24	VW/POLO TRACK MA	TFU0E69	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
25	VW/POLO TRACK MA	TFJ5I39	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
26	VW/POLO TRACK MA	TF08F79	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
27	VW/POLO TRACK MA	TFL3C79	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
28	VW/POLO TRACK MA	TFI6A39	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
29	VW/POLO TRACK MA	TFJ8C49	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
30	VW/POLO TRACK MA	TGJ0D09	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
31	VW/POLO TRACK MA	TFN1I49	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
32	VW/POLO TRACK MA	TFJ6C69	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
33	VW/POLO TRACK MA	TFU9I29	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
34	VW/POLO TRACK MA	TFT6C29	2024/2025	ETANOL/GASOLINA
35	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFS4G96	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA
36	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFF7C76	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA
37	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFM4I26	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA
38	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFD9B16	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA
39	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFF1J26	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA
40	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFN3I18	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA
41	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFJ4J58	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA
42	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFK9H88	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA
43	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFC8I98	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA
44	GWM/HAVAL H6 PHEV 19	TFE9F18	2025/2025	HÍBRIDO/GASOLINA
45	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TGE8F79	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX
46	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TFB2E89	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX
47	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TFK0I39	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX
48	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TFT0B49	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX
49	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TGH7E79	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX
50	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TGD6DT9	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX
51	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TFF5E49	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX
52	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TGL0C34	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX

53	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TGJ5E84	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX
54	FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID FLEX AT 4P	TGF3J84	2025/2026	HÍBRIDO/FLEX
55	GWM/WEY 07 HÍBRIDO	NÃO HÁ	2025/2026	HÍBRIDO/GASOLINA
56	GWM/WEY 07 HÍBRIDO	NÃO HÁ	2025/2026	HÍBRIDO/GASOLINA

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR E DO SUPORTE LEGAL

2. A presente contratação obedecerá ao estipulado neste Contrato e no Termo de Referência, bem como ao estabelecido no ato convocatório da licitação que lhe deu origem, Pregão Eletrônico TRE-GO nº XX/2026, e nas obrigações assumidas pela **CONTRATADA** através da proposta firmada em XX/XX/2026, constante do documento nº XXXXX anexado ao Processo SEI nº 25.0.000017321-8, dirigida ao **CONTRATANTE**, documentos que, independentemente de transcrição, integram e complementam o presente instrumento, celebrado nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observadas as alterações posteriores.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

3.1. Pela prestação dos serviços de seguro total dos veículos, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ XXXXXXXX**, conforme valores discriminados na tabela abaixo:

TIPO DE VEÍCULO	QTD DE VEÍCULOS (por tipo)	VALOR UNITÁRIO POR TIPO DE VEÍCULO	VALOR TOTAL POR TIPO DE VEÍCULO
CHEV/SPIN 1.8L MT LT	2	R\$	R\$
VW/GOL 1.0L MC4	11	R\$	R\$
VW/13.190 CRM 4X2	2	R\$	R\$
RENAULT/MASTER FUR L3H2	1	R\$	R\$
JEEP/COMMANDER LIM TD380	2	R\$	R\$
IVECO/DAILY 55-170 VAN	2	R\$	R\$
VW/POLO TRACK MA	14	R\$	R\$
GWM/HAVAL H6 PHEV 19	10	R\$	R\$
FIAT/PULSE IMPETUS TURBO HYBRID	10	R\$	R\$
GWM/WEY 07 HÍBRIDO	2	R\$	R\$

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

4.2. Após o interregno de um ano, no momento da assinatura do termo aditivo de prorrogação, será concedido reajuste conforme nova proposta encaminhada pela Contratada, a qual, à época, deverá se basear em configuração atualizada da frota, bem assim consultado o mercado para fins de comparação, de modo a demonstrar nos autos a vantagem econômica da medida.

4.3. Na prorrogação, deverá ser aplicado sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, sistema de bônus de forma a ofertar desconto correspondente, de acordo com as normas da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda.

4.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5. O pagamento do valor contratado será efetuado pelo **CONTRATANTE**, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

5.1. Recebida a nota fiscal, ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período. A nota fiscal deverá ser apresentada até o quinto dia do mês subsequente ao de fornecimento da apólice.

5.1.1. O **CONTRATANTE** deverá atestá-la ou notificar a **CONTRATADA** para sanar as irregularidades eventualmente verificadas, sendo que, nesse caso, o prazo para ateste ficará suspenso até a resolução das pendências;

5.2. O prazo para pagamento da nota fiscal/fatura ficará suspenso durante os períodos de indisponibilidade do sistema informatizado de tramitação processual do **CONTRATANTE**;

5.3. Constitui condição para a nota fiscal/fatura ser atestada a verificação, pelo **CONTRATANTE**, da conformidade da apólice apresentada;

5.4. Não sendo satisfeita a condição acima, a fatura/nota fiscal apresentada não será atestada, obstando o pagamento, por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, até que seja saneada a situação, sem prejuízo do previsto na Cláusula Décima Quarta - Infrações e Sanções Administrativas, e demais cominações legais, conforme o caso.

5.5. A **CONTRATADA** deverá apresentar documento para liquidação da despesa que possibilite a retenção dos tributos respectivos, a ser emitido sem rasuras, em letra legível, fazendo constar deste o número de sua conta bancária, o nome do banco e respectiva agência;

5.6. A nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada, caso não estejam disponíveis nos sites das entidades emissoras, das certidões comprobatórias da regularidade da **CONTRATADA** perante a Justiça do Trabalho, o Instituto Nacional de Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Fazenda Nacional;

5.7. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** antes do ateste da conformidade da execução contratual, que envolve, além da regularidade dos serviços prestados, conforme especificado no Termo de Referência, o correto e tempestivo cumprimento de todas as obrigações contratuais, sendo que a demora no pagamento do encargo pelo **CONTRATANTE**, causado pela inviabilização do ateste, não gera para a **CONTRATADA** o direito à correção monetária descrita no item 5.17 desta Cláusula;

5.8. O **CONTRATANTE**, ao ensejo do pagamento, realizará consulta ao SICAF e à Justiça do Trabalho, para verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidades trabalhista e fiscal;

5.9. Constatando-se a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** providenciará sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize a sua situação ou, no mesmo prazo, apresente a sua defesa;

5.10. O prazo do parágrafo anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração;

5.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista a inadimplência da **CONTRATADA**, bem como a existência de pagamento(s) a ser(em) efetuado(s) pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários a garantir o recebimento de seus créditos;

5.12. Persistindo a(s) irregularidade(s), a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e ampla defesa;

5.13. Havendo a efetiva prestação de serviços, desde que, e a partir de quando, a nota fiscal/fatura apresentada preencha os requisitos para ser atestada, os pagamentos serão realizados, até que se decida acerca da rescisão ou manutenção contratual, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação junto ao SICAF e/ou Justiça do Trabalho;

5.14. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do **CONTRATANTE**, não será rescindida esta contratação, no caso de inadimplência perante o SICAF e/ou Justiça do Trabalho;

5.15. O **CONTRATANTE** pode deduzir dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nos termos fixados nos artigos 368 a 380 da Lei nº 10.406/2002, quaisquer valores correspondentes a multas e/ou indenizações/ressarcimentos aplicados a esta;

5.16. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a nota fiscal/fatura, que será o mesmo habilitado no Pregão Eletrônico nº XX/20XX, facultando-se o pagamento à filial desde que seja apresentada a documentação desta no citado prélio licitatório e previamente comprovada a sua regularidade fiscal e trabalhista;

5.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua aplicação se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

(TX)	I =	365	I= (6/100) /	I= 0,00016438
				TX = Percentual da Taxa Anual = 6%

## CLAÚSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6. As despesas com a execução deste contrato correrão, no presente exercício, por conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral – no Estado de Goiás; sendo: natureza de despesa 339039-69, Plano Interno: 3 (outras despesas correntes) - ADM SEGURO, PTRES 167818, reservada mediante a emissão do pré-empenho 2026PE000173, compromissadas pela nota de empenho **XXXXXXX**.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

7. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107 da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

8.1. Os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições da contratação, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, em anexo.

8.2. A cobertura das apólices de que trata o objeto deste contrato terá sua vigência iniciada:

a) Em relação aos veículos relacionados no Anexo I-A do Termo de Referência, a partir da zero hora do dia **29 de junho de 2026** e findar-se-á às 24 h do dia **29 de junho de 2027**, prorrogável até o limite de 10 (dez) anos;

b) Em relação aos veículos relacionados no Anexo I-B do Termo de Referência, a partir da data de assinatura do contrato com término em 12 meses;

c) Em relação aos veículos relacionados no Anexo I-C do Termo de Referência, a partir da zero hora do dia **22 de janeiro de 2027** e findar-se-á às 24 horas do dia **22 de janeiro de 2028**.

## **CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

9. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.2. Cumprir os prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na apólice, para que seja por ela substituída ou corrigida, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

10.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.6. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

10.7. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.8. Cientificar a Administração do TRE/GO para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

10.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.9.1 A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.



10.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1 A Contratada deve executar, com observação dos prazos e exigências, todas as obrigações constantes do Termo de Referência, seus anexos, Edital da licitação, e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.3 Comunicar ao TRE-GO, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais;

11.4 Acatar as recomendações efetuadas pelo contratante;

11.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na disputa;

11.6 Informar, no momento da assinatura do instrumento contratual, nome do responsável (preposto), os contatos de telefone, e-mail ou outro meio hábil para comunicação com o TRE-GO, bem como manter os dados atualizados durante toda a fase de execução da contratação;

11.6.1 A comunicação só será realizada de forma diversa quando a legislação exigir ou quando a contratada demonstrar ao fiscal do contrato os motivos que justifiquem a utilização de outra forma;

11.7 Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pelo TRE-GO, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à contratada, durante e após a vigência do contrato, observadas ainda, no que couber, as diretrizes vigentes adstritas à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e de acordo com a cláusula Décima Segunda do contrato;

11.8 Proporcionar cobertura mesmo nos casos em que não for possível a realização de perícia ou de termo de ocorrência;

11.9 Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do objeto deste contrato;

11.10 A inadimplência da contratada com referência aos encargos suportados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao contratante, nem poderá onerar o objeto do contrato;

11.11 Efetuar o ressarcimento do valor segurado, no caso de ocorrência de sinistro, em até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação pela Administração de toda a documentação exigida pela seguradora, salvo motivo de força maior ou caso fortuito a partir da data pactuada;

11.12 Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais normas legais pertinentes à contratação de seguro veicular, também se incluem nas obrigações da CONTRATADA o seguinte:

11.12.1 Realizar o pagamento das indenizações de eventuais sinistros em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

11.12.2 Fornecer, por meio digital, manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro de automóveis para os veículos objeto desta contratação;

11.12.3 **Entregar as apólices** ao CONTRATANTE, por meio digital, em até **15 (quinze) dias corridos**, a contar da data de vistoria realizada nos veículos ou da data de início de vigência da apólice, o que ocorrer primeiro.

11.13. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

11.14. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

12.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

12.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6. É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.7. A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.9. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

d) **Multa de:**

d.1) 0,5% (zero vírgula cinco por cento), limitada a 5% (cinco por cento), sobre o valor total do contrato, nos casos especificados no item 13.2, alínea “a”;

d.2) 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor total do bem, pelo retardamento da entrega do objeto contratado sem motivo justificado;

d.3) 10% (dez por cento), limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do Ajuste ou no caso de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

d.4) 10% (dez por cento), limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor total do contrato, nos casos especificados no item 13.2, alínea “c”.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como

amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

14.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

14.3. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

15. As regras e práticas de sustentabilidade a serem observadas são as determinadas pela Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal, naquilo que couber para a presente contratação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES**

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

18. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

#### **CLÁUSULA NONA – DO FORO**

19. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Goiânia/GO, Seção Judiciária de Goiás, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E por estarem deste modo acordadas, as partes mandaram redigir o presente instrumento, que, lido e achado conforme, será assinado pelos representantes dos contratantes, na forma digital, sendo

Gabinete da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, na data registrada na assinatura eletrônica.

Assinatura eletrônica  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
DIRETORA - GERAL DO TRE/GO  
CONTRATANTE

Assinatura eletrônica  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
EMPRESA  
CONTRATADA

**ANEXO DO CONTRATO - TERMO DE REFERÊNCIA**



Documento assinado eletronicamente por **GLEYSON ALVES DE MORAIS, TÉCNICO JUDICIÁRIO**, em 01/06/2026, às 10:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei4.tre-go.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei4.tre-go.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1420013** e o código CRC **06B283DE**.

